

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Manoela Ramoniga Furtado

**A Construção Discursiva Sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no
Congresso Nacional**

Florianópolis

2025

Manoela Ramoniga Furtado

**A Construção Discursiva Sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no
Congresso Nacional**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Márcia Grisotti

Florianópolis

2025

Furtado, Manoela Ramoniga
A Construção Discursiva Sobre a Usina Hidrelétrica de
Belo Monte no Congresso Nacional / Manoela Ramoniga
Furtado ; orientadora, Márcia Grisotti, 2025.
72 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Meio Ambiente. 3. Congresso
Nacional . 4. Política Energética. I. Grisotti, Márcia .
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

Manoela Ramoniga Furtado

**A Construção Discursiva Sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no
Congresso Nacional**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de
bacharela e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais

Florianópolis, 11 de dezembro de 2025

Coordenação do Curso

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente

Marcia Grisotti

Data: 08/03/2026 15:07:52-0300

CPF: ***.565.229-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profª Drª Márcia Grisotti

Orientadora - UFSC



Documento assinado digitalmente

Luis Felipe Guedes da Graça

Data: 08/03/2026 21:08:30-0300

CPF: ***.308.957-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Luís Felipe Guedes da Graça

Avaliador - UFSC



Documento assinado digitalmente

MARINA RECHE FELIPE

Data: 09/03/2026 13:43:20-0300

CPF: ***.258.878-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Drª Marina Felipe Reche

Avaliadora – UFSC

Florianópolis, 2025.

AGRADECIMENTOS

Declaro aqui meus sinceros agradecimentos à minha orientadora Dra. Márcia Grisotti que me abriu portas durante toda a graduação que possibilitaram a realização deste trabalho. Ao professor Dr. Luís Felipe da Graça, agradeço pelas colocações acerca da ciência política que tangem o meu trabalho. Agradeço à minha mestra de ballet clássico Athenè, por ter me apresentado à minha orientadora e por proporcionar momentos de leveza essenciais para minha permanência na universidade.

Agradeço aos meus amigos e colegas que entraram comigo no curso de ciências sociais, Yasmin, João e minha querida amiga Laura que permaneceram na minha vida mesmo não percorrendo o mesmo caminho, e a quem foi, mas voltou, minha amiga e parceira de trabalhos, Marthinha. Agradeço aos amigos que fiz durante o percurso e que compartilharam das vivências dentro e fora da UFSC, lasmin, Leozinho, Rafa, Vivi e Danilo, tornando a graduação mais leve. Um super agradecimento à minha amiga, Ágata, por nossas tardes de sol, conversas e viagens. Às minhas amigas de Balneário que nunca deixaram de manter contato e fazem questão de me encontrar, Nina, Isa e Camila muito obrigada! Amo vocês amigos e não largo por nada nesse mundo!

A todos os colegas do ECOS também deixo meu obrigada por fazerem parte do processo de entendimento do meu lugar na UFSC, especialmente à Marina Reche, Isaura Wayhs e Lucas Ferreira por serem os melhores mentores.

Agradeço minha mãe, Miriam, pelo apoio incondicional, por me apresentar o amor, a vida e a arte e sempre me incentivar a dar o meu melhor para o mundo, e ao meu pai, Ademir (*in memoriam*), pela vontade de dar sentido às minhas inquietações. Agradeço meu companheiro, Jadeilson, por se fazer presente e ser meu refúgio em todas as etapas da produção deste trabalho. A todos que já passaram por mim, que de alguma forma despertaram minha vontade de pesquisar, meu muito obrigada!

RESUMO

O trabalho analisa como se configuraram os discursos parlamentares sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Congresso Nacional, a partir da sistematização de 89 documentos legislativos proferidos entre 2009 e 2013. O objetivo é compreender como diferentes argumentos foram mobilizados no processo de construção política da obra e como esses discursos expressaram disputas em torno de desenvolvimento, energia e impactos socioambientais. A pesquisa utiliza análise de conteúdo e codificação temática no software MAXQDA, por meio da elaboração de categorias empíricas que permitem identificar padrões de sentido recorrentes, formas de conexão entre códigos e aproximações entre partidos políticos e temas debatidos. O estudo descreve o contexto histórico e político que antecedeu a implantação da usina, situando a expansão hidrelétrica na Amazônia como parte de um projeto mais amplo de integração territorial e aumento da oferta de energia. A análise dos documentos revela que os parlamentares acionaram, de maneira assimétrica, códigos relacionados a impactos socioambientais, denúncias de irregularidades, licenciamento ambiental, audiências públicas, populações indígenas e ribeirinhas, além de argumentos que defendem Belo Monte como oportunidade de desenvolvimento regional e fortalecimento econômico. Os mapas de códigos mostram a concentração de temas críticos em partidos. Os resultados evidenciam que o campo discursivo se estruturou por meio de disputas contínuas, nas quais manifestações contrárias foram mais numerosas, mas discursos favoráveis mantiveram posições estratégicas no debate, contribuindo para a sustentação institucional do empreendimento no interior do Congresso.

Palavras-chave: Belo Monte; Congresso Nacional; Desenvolvimento; Meio Ambiente.

ABSTRACT

This work analyzes how parliamentary discourses on the Belo Monte Hydroelectric Power Plant were configured in the National Congress, based on the systematization of 89 legislative documents produced between 2009 and 2013. The objective is to understand how different arguments were mobilized in the political construction process of the project and how these discourses expressed disputes surrounding development, energy, and socio-environmental impacts. The research uses content analysis and thematic coding in the MAXQDA software, through the elaboration of empirical categories that allow the identification of recurring patterns of meaning, forms of connection between codes, and approximations between political parties and debated themes. The study describes the historical and political context that preceded the implementation of the power plant, situating the hydroelectric expansion in the Amazon as part of a broader project of territorial integration and increased energy supply. Analysis of the documents reveals that parliamentarians activated, in an asymmetrical manner, codes related to socio-environmental impacts, allegations of irregularities, environmental licensing, public hearings, indigenous and riverside populations, as well as arguments defending Belo Monte as an opportunity for regional development and economic strengthening. The code maps show the concentration of critical themes within certain parties. The results demonstrate that the discursive field was structured through continuous disputes, in which opposing views were more numerous, but favorable discourses maintained strategic positions in the debate, contributing to the institutional support of the project within Congress.

Keywords: Belo Monte; National Congress; Development; Environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tuíra Kayapó confrontando o diretor da Eletronorte.....	23
Figura 2 - Mapa de Frequência de códigos.....	48
Figura 3 - Zoom no quadrante superior do mapa de frequência.....	50
Figura 4 - Zoom no quadrante inferior do mapa de frequência.....	51
Figura 5 - Zoom no quadrante esquerdo do mapa de frequência.....	52
Figura 6 - Gráfico de colunas em porcentagem de documentos contidos em cada mês/ano.....	53
Figura 7 - Mapa de códigos: partidos políticos e manifestações contrárias à obra..	55
Figura 8 - Mapa de códigos: partidos políticos e manifestações favoráveis à obra..	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM	Amazonas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CGCE	Câmara de Gestão da crise energética
CCEAR	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
DEM	Partido Democrático Brasileiro.
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELETOBRAS	Centrais Elétricas Brasileira
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
ELETROSUL	Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
ISA	Instituto Socioambiental
MW	Megawatt médio, uma unidade de potência equivalente a um milhão de watts, é uma unidade de grandeza física que quantifica a potência dos sistemas
MPE	Ministério Público Federal
MAXQDA	Software
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONS	Operador nacional do Sistema elétrico
PA	Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDRSX	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIN	Programa de Integração Nacional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental

SA	Sociedade Anônima
SIN	Sistema Interligado Nacional
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UHE	Usina Hidrelétrica
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	DESENVOLVIMENTO.....	16
2.1	MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.....	16
2.2	A ELETRIFICAÇÃO NO BRASIL.....	20
2.3	A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE E SUAS CONTRADIÇÕES.....	28
2.3.1	Fatores ambientais.....	32
2.3.2	Fatores Sociais.....	35
2.4	AÇÕES DO ESTADO.....	39
2.5	O ESPAÇO DO CONGRESSO NACIONAL.....	41
2.6	A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA USINA DE BELO MONTE NO CONGRESSO NACIONAL.....	45
2.6.1	Metodologia Utilizada.....	45
2.6.2	Resultados e Mapas de Códigos.....	48
2.6.3	Pronunciamentos e discussão.....	57
3	CONCLUSÃO.....	66
	REFERÊNCIAS.....	68

1 INTRODUÇÃO

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte consolidou-se como um dos casos mais expressivos de tensão entre desenvolvimento econômico, políticas estatais e impactos socioambientais na história recente do Brasil. A trajetória do empreendimento reúne elementos centrais para compreender a eletrificação nacional e o modo como grandes obras são incorporadas ao projeto de modernização do país. Nesse contexto, a análise dos discursos parlamentares permite observar como diferentes interpretações foram organizadas dentro do Congresso Nacional, instituição que desempenhou papel decisivo na consolidação política da usina.

Esta pesquisa adota uma abordagem com foco na análise documental de discursos políticos relacionados à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O levantamento dos dados foi realizado através do mecanismo de busca nos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, utilizando o termo “Belo Monte”. O conjunto documental é constituído por pronunciamentos, projetos de lei, requerimentos, pareceres e registros oficiais publicados no Diário da Câmara dos Deputados e no Diário do Senado Federal, referentes ao período de 2009 a 2013, delimitado por corresponder à fase mais intensa do debate e da tramitação política da obra no Congresso Nacional.

O trabalho examina a construção discursiva produzida pelo Legislativo a partir de um conjunto de 89 documentos parlamentares. Esse recorte permite identificar como temas associados ao crescimento econômico, à expansão energética e ao desenvolvimento regional foram articulados pelos parlamentares, ao mesmo tempo em que questões levantadas por povos indígenas, ribeirinhos e movimentos sociais foram reposicionadas ou relativizadas no debate legislativo. A leitura conjunta desses documentos revela que o Congresso absorve e reorganiza conflitos provenientes de diversas arenas públicas, definindo quais argumentos ganham visibilidade e quais são deslocados para posições secundárias.

A literatura especializada demonstra que Belo Monte concentra disputas antigas sobre a ocupação da Amazônia, a condução de políticas de infraestrutura e os limites dos instrumentos de licenciamento ambiental. Desde a narrativa de

integração da ditadura militar, a audiência de Altamira, em 1989, passando pelos pareceres técnicos e pela atuação do Ministério Público Federal, o empreendimento foi marcado por críticas consistentes relacionadas ao território, aos modos de vida locais e às fragilidades dos estudos apresentados. Ao observar como tais problemas aparecem nos discursos parlamentares, torna-se possível compreender como esses conflitos foram reinterpretados e incorporados ao processo decisório.

No Congresso Nacional, pronunciamentos, audiências e pareceres conformaram enquadramentos que associaram Belo Monte a um ideal de integração territorial e fortalecimento da economia nacional. Ao mesmo tempo, os discursos críticos enfatizaram impactos socioambientais, irregularidades no licenciamento e prejuízos para as populações atingidas. Essas posições coexistem, mas são organizadas conforme dinâmicas institucionais que influenciam a circulação dos argumentos. A análise dos documentos evidencia essa reorganização e permite compreender a estrutura interna do debate legislativo.

A pesquisa utiliza a codificação temática realizada no software MAXQDA para identificar padrões discursivos e visualizar aproximações entre temas por meio de mapas de códigos e análises de frequência. Essa abordagem possibilita observar como determinadas interpretações ganharam força ao longo do período, enquanto outras permaneceram periféricas na deliberação legislativa.

O presente trabalho se insere no âmbito do projeto temático internacional *After Hydropower Dams: social and environmental processes that occur after the construction of Belo Monte, Jirau and Santo Antônio in the Brazilian Amazon*, coordenado pelo professor Emilio Moran e desenvolvido junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em colaboração com a professora Márcia Grisotti, do Núcleo de Ecologia Humana e Sociologia da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A pesquisa proposta complementa esta agenda investigativa ao privilegiar a análise do processo discursivo-institucional que antecedeu a construção da usina e permitiu sua viabilização política.

Objetiva-se compreender o que Belo Monte se propôs a ser e o que realmente foi, a partir de suas promessas de geração de energia e narrativas de soberania nacional abordadas na Casa Legislativa.

Ao destacar o Congresso como espaço central na configuração política de Belo Monte, o trabalho busca contribuir para a compreensão sociológica sobre como decisões de grande escala são construídas em ambientes institucionais marcados por disputas assimétricas, filtragem de saberes técnicos e reinterpretação de conflitos socioambientais. A análise dos discursos parlamentares permite iluminar como o empreendimento foi autorizado, mesmo diante das resistências que permanecem fundamentais para compreender os desdobramentos sociais e ambientais da usina.

2 DESENVOLVIMENTO

Este trabalho inicia um diálogo com a sociologia a respeito da dicotomia meio ambiente e desenvolvimento que permite a fundamentação histórica sobre a eletrificação no Brasil, que por sua vez, serve de pano de fundo para o surgimento de Belo Monte e suas contradições. Essa conceitualização se faz necessária para que, posteriormente, a análise dos discursos políticos codificados a partir de seus próprios elementos seja compreendida em sua totalidade.

2.1 MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

A relação entre meio ambiente e desenvolvimento tornou-se um dos debates centrais das ciências sociais contemporâneas. Apesar de sua aparente complementaridade, os dois termos carregam em seu surgimento lógicas profundamente distintas. O conceito desenvolvimento imprime uma de ideia de capacidade qualitativamente diferenciada em relação à sua condição anterior, ou seja, ocorre em uma determinada categoria que se supera através da inovação.

O recorte utilizado nessa análise entende o termo “desenvolvimento” em sua dimensão socioeconômica ocidental capitalista. Nessa perspectiva, o desenvolvimento corresponde a um processo historicamente situado, caracterizado pela acumulação sistemática de capital e pela incorporação contínua de progresso técnico ao trabalho e aos meios de produção. Esse movimento indicado por Bresser-Pereira torna possível o aumento sustentado da produtividade e da renda por habitante, elevando padrões de vida e consolidando estratégias estatais voltadas à competição econômica internacional.

A lógica que estrutura esse fenômeno emerge apenas após a consolidação das revoluções industrial e capitalista, quando o excedente econômico passa a ser reinvestido na expansão produtiva, e não mais destinado ao consumo de luxo ou a obras palacianas. Uma vez desencadeado, esse processo tende a se tornar relativamente autossustentado, pois os mercados sancionam empresas que deixam de investir e acompanhar o avanço técnico, enquanto o Estado-nação assume a

função de orientar e proteger as condições internas de desenvolvimento. Segundo essa formulação, o desenvolvimento moderno se realiza dentro de uma racionalidade em que empresas competem por lucro e Estados competem por crescimento econômico, estabelecendo um padrão de expansão do capital (BRESSER-PEREIRA, 2024).

Portanto pensar em desenvolvimento nesses termos é pensar em perpetuação sistemática do sistema capitalista na lógica da exploração. Essa concepção se solidifica ao pensar que o desenvolvimento só existe pois há subdesenvolvimento.

A formulação de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento tornou-se referência central para compreender a posição ocupada pelas economias periféricas no capitalismo. Para o autor, o subdesenvolvimento nasce de um processo histórico particular que se consolidou quando a estrutura produtiva industrial da Europa Ocidental, liderada pela Grã-Bretanha após a Revolução Industrial, passou a organizar a economia mundial de maneira hierárquica. A industrialização europeia criou padrões de produção e de inserção internacional que condicionaram o desenvolvimento de quase todas as outras regiões, estabelecendo vínculos duradouros entre centros industriais e zonas periféricas especializadas em exportação primária.

Nesse arranjo, as economias periféricas foram incorporadas de forma a atender demandas externas, sem que isso gerasse bases internas de acumulação ou difusão do progresso técnico. A ausência de um mercado capaz de sustentar investimentos próprios impediu que o avanço tecnológico fosse internalizado, como ocorreu na Europa, criando estruturas produtivas fragmentadas e pouco dinâmicas. Essa inserção histórica, marcada por dependência e especialização, produziu um padrão de desenvolvimento que se reproduz no tempo e que define a posição desses países na divisão internacional do trabalho. É nesse sentido que Furtado afirma:

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. [...] Nos países periféricos, não houve a formação de um mercado interno que produzisse a base de acumulação de capital aos empresários locais, fazendo com que o

desenvolvimento técnico não fosse internalizado como ocorreu na Europa. (FURTADO, 1992, p. 8)

A partir dessa interpretação, o subdesenvolvimento aparece como resultado de um movimento histórico que organizou economias inteiras em torno da exportação primária, da concentração de renda e da limitação estrutural do mercado interno. Essa configuração não deriva da falta de crescimento, mas da forma como ele se realiza, preservando desigualdades internas e reforçando a dependência tecnológica. Na leitura de Furtado, compreender o subdesenvolvimento implica reconhecer que ele resulta de um tipo específico de modernização que não transforma as bases produtivas, mas as atualiza de modo seletivo, permitindo que apenas parcelas reduzidas da sociedade incorporem padrões de consumo associados ao capitalismo industrial.

Ele estaria em conflito com os demais grandes objetivos políticos, principalmente a justiça social e a proteção ambiental.

O meio ambiente, por sua vez, é intrínseco à vida e expressa dimensões ecológicas, culturais e territoriais que não se encontram, idealmente, na lógica da acumulação.

No horizonte teórico de Arturo Escobar, o meio ambiente é entendido como parte inseparável dos mundos que os grupos sociais constroem em sua relação cotidiana com a terra, a água e os seres que habitam seus territórios. Essa perspectiva rompe com a leitura que trata a natureza como cenário ou recurso e a reconhece como tecido de relações que organiza formas de vida, sistemas de conhecimento e práticas de cuidado. O ambiente, nessa chave, não é exterior ao social, mas expressão das interações que sustentam a existência e configuram modos próprios de compreender e habitar o mundo. Essa concepção torna visível que disputas ambientais não se limitam ao uso de recursos, pois envolvem cosmologias, historicidades e vínculos que estruturam a continuidade das comunidades e das paisagens que compõem seus territórios (ESCOBAR, 2014).

Quando justapostos, desenvolvimento e meio ambiente apresentam disputas políticas de apropriação da natureza que orientam a atuação do Estado.

A partir da década de 1970, o discurso do “desenvolvimento sustentável” surgiu como tentativa de compatibilizar esses dois registros, propondo que seria possível conciliar crescimento econômico e uso eficiente dos recursos naturais em manutenção dos sistemas ecológicos. Essa formulação ganhou centralidade convertendo-se em princípio normativo para políticas públicas e estratégias empresariais. Paradoxalmente, autores da ecologia política apontam que essa narrativa opera dentro dos mesmos marcos que produziram a crise ambiental. Ao redefinir a natureza como ativo econômico, o discurso da sustentabilidade atualiza práticas de apropriação e introduz mecanismos de mercado em bens comuns, explicados por Bollier (2015) como:

(i) um sistema social para a gestão a longo prazo dos recursos que preservam os valores compartilhados e a identidade comum; (ii) um sistema de autogestão por intermédio do qual as comunidades administram os recursos inexauríveis e renováveis com mínima ou nenhuma interferência do mercado ou do Estado; (iii) as riquezas coletivas que herdamos ou criamos, e que devemos deixar a nossos filhos, melhoradas ou não, e que compreendem os bens da natureza, a infraestrutura cívica, as obras culturais, as tradições e o conhecimento; e (iv) um setor da economia e da vida que gera valor muitas vezes tomado e colocado em perigo pela aliança Estado-mercado” (BOLLIER, 2015, p. 187 apud CORTIANO JÚNIOR; KANAYAMA, 2016, p. 483).

A ideia de que seria possível universalizar padrões de consumo dos países ricos sem ultrapassar os limites ecológicos também tem sido problematizada. Os dados apresentados por Porto-Gonçalves e Leff (2015) demonstram que uma pequena parcela da população mundial concentra a maior parte das emissões de gases de efeito estufa. Esse cenário evidencia que os impactos ambientais estão diretamente associados à posição ocupada na economia global e que a redução das desigualdades não pode ocorrer pela imitação dos padrões de consumo das economias centrais. A sustentabilidade, nesses termos, torna-se um horizonte contraditório: promete conciliar crescimento e equilíbrio ecológico, mas os próprios indicadores materiais demonstram que esse equilíbrio é impossível dentro da lógica expansiva do desenvolvimento capitalista.

Ao mesmo tempo, povos indígenas e comunidades tradicionais têm criticado a forma como seus territórios são incorporados às políticas ambientais globais. A sustentabilidade, tal como concebida pelos organismos internacionais, não os

reconhece como sujeitos políticos, mas como gestores involuntários de mecanismos climáticos globais. Essa crítica revela que o debate sobre desenvolvimento e meio ambiente é, antes de tudo, uma disputa sobre projetos de sociedade e modos de existência.

Esse conjunto de questões permite compreender por que a dicotomia entre desenvolvimento e meio ambiente constitui um problema sociológico central. Ela mobiliza relações de poder, produz desigualdades ecológicas, reorganiza territórios e redefine o papel do Estado na mediação entre interesses econômicos e demandas sociais. Uma resolução para esse problema apresenta um horizonte normativo inserido na lógica ecossocialista formulada por Michael Löwy a ser elaborada neste trabalho na seção 2.3.1 sobre os fatores ambientais.

2.2 A ELETRIFICAÇÃO NO BRASIL

Os primeiros sistemas de distribuição de energia elétrica no Brasil destinados principalmente à indústria, à iluminação pública e ao transporte urbano nas grandes cidades eram sistemas descentralizados. A transmissão de energia em longas distâncias só começou na década de 1960 com o avanço das linhas de transmissão. O cenário da eletrificação brasileira iniciada em núcleos elétricos isolados, transforma-se em uma estrutura unificada que opera em escala nacional o Sistema Interligado Nacional (SIN), que conecta um ponto de geração de energia a todo território. Esse novo sistema centralizado requer uma definição de “macrossistema técnico” elaborada por Márcio Cataia a partir de Alain Gras:

Um macrossistema técnico é um sistema técnico heterogêneo composto por estruturas físicoterritoriais (i) materialmente integradas numa perspectiva de longa duração e pouco sensíveis às raízes socioculturais dos lugares e das regiões, pois a vocação desses sistemas é planetária, ultrapassando fronteiras políticas, econômicas e organizacionais, e (ii) é o suporte do funcionamento de um grande número de outros sistemas técnicos, daí dizer que ele é um intermediário e “grande comunicador”. Os macrossistemas técnicos têm uma historicidade particular que os fazem verdadeiros instrumentos de controle social (“networks of power”), concebidos como tais ao integrar objetos técnicos num sistema. (GRAS, 1997 apud CATAIA, 2019, p. 581)

Os macrossistemas técnicos evidenciam como as redes físicas da geração ao consumo revelam relações de poder que permanecem pouco visíveis. A centralidade técnica introduzida por esses sistemas desloca focos decisórios e

estabelece uma nova geografia do poder que se apoia tanto no aparato estatal quanto na atuação de agentes privados que participam da operação e do financiamento dessas redes. Essa materialidade, que estrutura o cotidiano energético do país, vincula entes federativos a uma base operacional que condiciona trajetórias e altera a própria forma de pensar a federação.

A estrutura constitucional que distribui competências entre níveis de governo passa a conviver com elementos que não pertencem ao léxico jurídico, mas que atuam de modo decisivo na produção de ações e orientações. Nesse ponto, ao propor o conceito de actante, Bruno Latour (1994) reconhece que certos objetos, ao se integrarem a redes sociotécnicas, também participam do curso das decisões. As redes elétricas podem ser compreendidas dessa forma. Elas funcionam como próteses territoriais que atravessam fronteiras administrativas ligadas a forma como o Estado opera, condicionando materialmente aquilo que pode ser executado. Desse modo, a política se concretiza no território usado, circula por ele e depende das infraestruturas que o sustentam.

Na segunda metade do século XIX, a energia elétrica acompanhou o início da mecanização do território, com pequenas termoelétricas e ferrovias concentradas em áreas urbanas que acumulavam capital. Nessa fase, a geração permanecia próxima ao consumo, pois não havia tecnologia para transmissão a longas distâncias.

A criação do Ministério de Minas e Energia, em 1960, e a fundação da Eletrobras, em 1961, consolidaram uma nova fase de planejamento centralizado. Em 1963 ocorreu a primeira interligação elétrica entre os sistemas Sul e Sudeste, inaugurando o processo que resultaria na integração nacional. Sob coordenação da Eletrobras, o Plano Geral de Eletrificação passou a orientar a expansão das redes. O avanço tecnológico possibilitou separar geração e consumo, permitindo instalar usinas cada vez mais distantes dos grandes centros. A construção de hidrelétricas de grande porte se intensificou, culminando em Itaipu, cuja operação teve início em 1984 e que se tornou uma das maiores geradoras de energia do mundo.

Para implementar esse modelo, o país foi dividido em quatro regiões geoeletricas, administradas por Eletronorte, CHESF, Furnas e Eletrosul. Essa

divisão expressava o projeto estatal de unificar o espaço nacional por meio das redes elétricas.

A ditadura militar instaurada em 1964 reorganizou a política territorial e aprofundou o planejamento energético voltado para a Amazônia. Em meio a disputas internacionais pela região e debates geopolíticos sobre sua ocupação, o governo federal implementou o Plano de Integração Nacional (PIN) através do Decreto-Lei Nº1.106, de 16 de julho de 1970, assinado pelo Presidente Médici afim de implantar projetos destinados a consolidar a presença do Estado em áreas consideradas estratégicas. A Transamazônica (BR-230), inaugurada em 1972, simbolizou esse projeto ao conectar regiões antes isoladas.

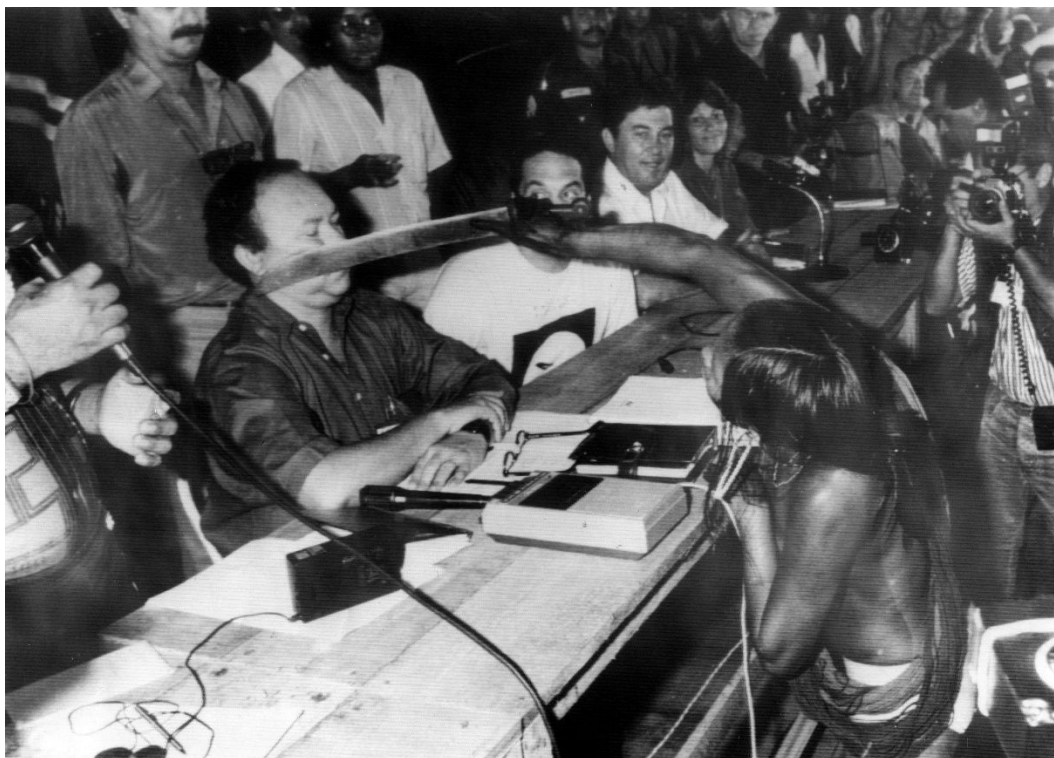
Com o lema “Integrar para não entregar” o general afirmava que era preciso “colonizar” a região para combater o “interesse estrangeiro”. Os militares apresentaram o povoamento da Amazônia como imperativo estratégico, mas essa justificativa abriu caminho para um processo intenso de devastação, incentivando a expansão da pecuária e das lavouras comerciais, subsidiando a entrada de garimpeiros e madeireiros e estimulou a remoção contínua da floresta, enquanto os povos tradicionais eram deslocados ou ignorados. Nesse sentido, para manter a Amazônia sob controle brasileiro, era preciso ocupá-la com projetos econômicos de grande escala. sempre sob o argumento de que tais ações eram necessárias para assegurar a soberania nacional.

A exploração do potencial hidrelétrico amazônico se tornou prioridade, inserindo a região na lógica de integração energética nacional, logo a Eletronorte iniciou os estudos do inventário hidrelétrico do rio Xingu, que previa uma sucessão de barragens para transformar o rio em eixo de geração. O planejamento refletia tanto a política de integração territorial quanto a estratégia de ocupar e transformar a Amazônia em fronteira energética.

A partir de outubro de 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil exigiu a aprovação do Congresso Nacional para qualquer hidrelétrica em área indígena (Artigo 231, Parágrafo 3). Em 1989, o projeto que mais tarde daria origem a Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi suspenso após mobilizações de diversas populações indígenas, que denunciaram os impactos ambientais e sociais previstos.

A fotografia de Tuíra Kayapó durante audiência pública, ao encostar um facão no rosto do diretor da Eletronorte (Figura 1), se tornou símbolo nacional e internacional das resistências contra grandes obras implementadas sem consulta adequada. O episódio marcou a entrada definitiva do Xingu no debate público sobre políticas de desenvolvimento na Amazônia.

Figura 1 - Tuíra Kayapó confrontando o diretor da Eletronorte.



Fonte: Protásio Nene/AE. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/especiais/favela-amazonia/capitulo-8.php>. Acesso em: 03 dez. 2025.

No final da década de 1990, o sistema elétrico brasileiro já dava sinais de esgotamento. O governo federal passou a adotar medidas para tentar evitar uma crise de abastecimento, mas essas ações foram insuficientes para conter o agravamento da situação. Em 2000, a redução do volume de chuvas comprometeu ainda mais os reservatórios das principais hidrelétricas do país, deixando o sistema em condição crítica. Diante desse cenário, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) alertou para o risco de esvaziamento dos reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste, que concentravam uma parte significativa da geração de energia elétrica do Brasil, e indicou a necessidade imediata de redução do consumo para evitar um colapso no fornecimento.

Como resposta, o governo instituiu, em 2001, um programa de racionamento de energia coordenado pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE). Em vez de adotar apenas desligamentos forçados e cortes temporários de carga, optou-se por um modelo que combinava metas obrigatórias de economia com incentivos financeiros. Consumidores residenciais foram instados a reduzir seu consumo em cerca de 20%, enquanto consumidores industriais tinham metas em torno de 25%. Aqueles que conseguissem economizar além da meta recebiam bonificações na fatura de energia, enquanto os que mantivessem ou elevassem o consumo eram penalizados com sobretarifas. O racionamento se estendeu até 2002, quando os níveis dos reservatórios voltaram a patamares considerados satisfatórios e o programa pôde ser encerrado.

A crise de 2001 expôs de forma clara a vulnerabilidade do modelo de expansão adotado na década anterior. A forte dependência das hidrelétricas, aliada à falta de investimentos em novas usinas e em infraestrutura de transmissão, criou um sistema altamente sensível às variações climáticas. A estiagem não foi o único fator responsável pelo racionamento, mas funcionou como gatilho que revelou problemas acumulados ao longo dos anos, sobretudo a ausência de planejamento de longo prazo compatível com o crescimento da demanda. O episódio marcou o fim de um período em que se supunha que o sistema hidrelétrico seria capaz de sustentar sozinho a expansão do consumo, sem necessidade de revisão profunda da política energética.

A criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em 2004, foi um marco dessa reestruturação. A lei de instituição da EPE define que sua finalidade é “prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinados ao planejamento do setor energético” (BRASIL, 2004). A partir dela, o Estado voltou a elaborar estudos de longo prazo. A EPE se tornou responsável por orientar a formulação de políticas públicas e reduzir a dependência do setor em relação a decisões isoladas de agentes privados.

Além da EPE, o Ministério de Minas e Energia passou por modificações estruturais que reforçaram sua função de coordenação. O governo federal restabeleceu a Eletrobras como agente relevante para a execução de grandes

projetos e ampliou o papel do BNDES no financiamento de obras de infraestrutura energética.

A chegada do governo Lula em 2003 coincidiu com uma conjuntura em que a crise elétrica de 2001 ainda repercutia na formulação das políticas públicas. O diagnóstico do governo era que o setor energético necessitava de coordenação estatal para garantir segurança de abastecimento e possibilitar a expansão econômica. A partir dessa leitura, o Executivo reposicionou o Estado como agente responsável por financiar e articular projetos de infraestrutura considerados essenciais para o desenvolvimento nacional. A atuação do Ministério de Minas e Energia passou a integrar ações de regulação e investimento público, reforçando o papel estratégico do Estado na condução das obras.

O governo Lula integrou essa orientação à sua agenda econômica. A política de desenvolvimento adotada priorizava investimentos em infraestrutura como meio de impulsionar o crescimento e reduzir desigualdades regionais. O setor elétrico assumiu papel central nesse esforço, pois a ampliação da oferta de energia era vista como condição para a expansão industrial, para a atração de investimentos e para a estabilidade econômica de longo prazo. Nesse contexto, a retomada do projeto hidrelétrico no rio Xingu apareceu como parte coerente de uma estratégia mais ampla de revalorização das obras públicas.

A expansão da infraestrutura elétrica brasileira sempre esteve associada à capacidade do país de integrar regiões distantes ao SIN. Para que o setor elétrico cumpra sua função de promover desenvolvimento, é necessário que a oferta de energia alcance áreas onde ainda predominam sistemas isolados, especialmente no Norte do Brasil. Esses sistemas representam uma pequena parcela da transmissão nacional, mas dependem quase exclusivamente de geração térmica local movida a óleo diesel, o que resulta em custos muito superiores aos da geração hidrelétrica disponível em outras regiões.

Ao mesmo tempo, a própria região Norte concentra parte significativa do potencial hidrelétrico remanescente do país. Projetos como Jirau, Santo Antônio e Belo Monte ilustram essa característica. Diante disso, os estudos da Empresa de Pesquisa Energética indicam que a integração plena desses empreendimentos ao

Sistema Interligado Nacional exige a construção de extensos corredores de transmissão que permitam transportar a energia produzida até os principais centros consumidores.

Além da necessidade de escoamento da geração das grandes usinas, o planejamento também prevê a interligação gradual dos sistemas isolados ao SIN. Essa estratégia reduziria o custo do fornecimento de energia nessas localidades ao substituírem a geração térmica cara por energia predominantemente hidrelétrica. A combinação entre grandes reservas de potencial hidráulico e a perspectiva de conexão ao sistema nacional torna os investimentos em transmissão uma peça central da política energética para a região Norte, uma vez que possibilitam tanto o aproveitamento pleno das usinas quanto a ampliação do acesso à eletricidade em áreas historicamente desatendidas.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, reunia investimentos públicos em logística, habitação e energia, articulando instrumentos financeiros e capacidades estatais para conduzir obras consideradas estratégicas. A concepção do PAC dialogava com tradição histórica do país que associa desenvolvimento econômico à expansão de infraestrutura. A política industrial e energética do governo Lula reforçou esse entendimento ao integrar grandes projetos ao objetivo de ampliar o potencial produtivo do país.

O PAC se apoiava na ideia de que investimentos públicos eram essenciais para desbloquear gargalos e estimular o crescimento. Em vez de esperar que o mercado assumisse sozinho os riscos de obras longas e de alto custo, o Estado passou a liderar a coordenação dos projetos. Essa estratégia permitiu retomar empreendimentos considerados indispensáveis, mas paralisados por questões financeiras ou institucionais. Belo Monte foi um desses casos. A obra, prevista há décadas, dependia de um arranjo em que financiamento estatal, planejamento centralizado e compromisso político convergiam para torná-la viável.

O setor energético ocupava posição central dentro do PAC. A ampliação da capacidade de geração e transmissão era tratada como condição fundamental para o crescimento da indústria e para a segurança econômica. A hidreletricidade, em especial, foi reafirmada como fonte preferencial, pois combinava elevado potencial

de geração com custos considerados competitivos no longo prazo. A partir desse entendimento, grandes usinas passaram a compor a carteira estratégica do programa. Belo Monte foi redesignada como obra estruturante dentro desse conjunto, associada à narrativa de modernização do país e de soberania energética.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social desempenhou papel decisivo na viabilização financeira do PAC. O BNDES se consolidou como principal agente de crédito de longo prazo para infraestrutura, oferecendo condições de financiamento compatíveis com a magnitude dos empreendimentos. A participação do banco em Belo Monte foi decisiva, porque permitiu estruturar o consórcio responsável pela obra e viabilizar o fluxo de recursos para sua execução. A atuação do BNDES simboliza a presença ativa do Estado na coordenação dos instrumentos econômicos que sustentaram o programa.

A retomada de Belo Monte também se insere em uma tradição específica dentro da trajetória da esquerda brasileira, que associa desenvolvimento nacional à construção de grandes obras de infraestrutura. Essa perspectiva considera que o Estado deve liderar projetos capazes de integrar o território, fortalecer a indústria e gerar emprego. A orientação desenvolvimentista presente no governo Lula dialogava com essa matriz histórica, combinando políticas sociais amplas com investimentos públicos de grande escala.

O desenvolvimentismo pode ser compreendido como uma abordagem que atribui ao Estado o papel de organizar, coordenar e impulsionar o processo de crescimento econômico em países periféricos. Essa perspectiva parte da ideia de que economias como a brasileira enfrentam limitações estruturais que não são superadas apenas por mecanismos de mercado. Por isso, políticas de investimento público, planejamento de longo prazo e fortalecimento da capacidade produtiva interna tornam-se elementos centrais dessa estratégia. No texto de Bresser-Pereira (2020), o autor destaca que o desenvolvimento depende da capacidade do país de reduzir vulnerabilidades externas, fortalecer seus instrumentos internos de financiamento e estruturar um projeto nacional voltado ao crescimento. Formulação que permite compreender por que políticas estatais de grande escala, como programas de investimento em infraestrutura e expansão do setor elétrico, ganharam centralidade nas primeiras décadas dos anos 2000.

Belo Monte foi relançada nesse ambiente ideológico. A obra passou a ser apresentada como instrumento de integração territorial da Amazônia, modernização energética e fortalecimento do papel do país na economia global. A narrativa estatal combinava crescimento econômico, segurança energética e planejamento público, reforçando a escolha política por grandes obras. Essa orientação dialoga diretamente com o PAC e com a visão de Estado ativo que marcou o período.

2.3 A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE E SUAS CONTRADIÇÕES

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi concebida como o maior empreendimento hidrelétrico da Amazônia e um dos maiores do mundo, apresentando capacidade instalada de 11.233 MW e estrutura baseada em operação de fio d'água, segundo especificações do Estudo de Impacto Ambiental (EIA)¹ O arranjo do empreendimento inclui duas casas de força principais, o barramento de Pimental e um canal de derivação superior a vinte quilômetros, projetado para direcionar parte da vazão do rio Xingu ao sítio de Belo Monte. Ao contrário de hidrelétricas com grandes reservatórios, Belo Monte depende diretamente do regime hidrológico do rio, o que reduz sua capacidade de regularização e torna sua produção sensível às oscilações sazonais.

Os estudos técnicos que fundamentaram o licenciamento estimavam que a usina deveria fornecer energia ao Sistema Interligado Nacional, sendo planejada para atender majoritariamente ao mercado regulado de distribuição e contribuir para a expansão da oferta no país. O Relatório de Otimização elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética indicava que a integração de Belo Monte exigiria grandes troncos de transmissão em alta tensão para viabilizar o escoamento da energia gerada da região Norte aos centros consumidores do Sudeste e Nordeste, compondo o planejamento decenal da expansão do sistema.²

A energia assegurada, parâmetro que define a produção mínima esperada para fins de comercialização, foi inicialmente estimada em valores próximos a 4.500

¹ BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Estudo de Impacto Ambiental – Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte**. Brasília: Ibama, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em: 03 de dezembro de 2025.

² BRASIL Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Parecer Técnico n.º 21/2009 – Análise do EIA do AHE Belo Monte**. Brasília: Ibama, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em: 03 de dezembro de 2025.

MW médios, o que corresponde a menos da metade da capacidade instalada. Essa diferença entre potência instalada e energia firme é característica de usinas de fio d'água e foi apontada nos pareceres técnicos como um dos principais desafios operacionais do projeto, uma vez que cenários de estiagem prolongada poderiam comprometer a geração regular. Além disso, dados atuais demonstram que a geração da Usina Belo Monte apresenta queda acentuada durante a estação seca. Mateus (2025), em reportagem institucional do Jornal da Unicamp³ baseada em dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico, afirma que em meses de estiagem a produção da usina pode cair para valores inferiores a 200 MW.

A viabilização econômica de Belo Monte passou pelo leilão de venda de energia realizado em 2010, no qual foram firmados contratos com 27 distribuidoras de energia elétrica que atendem consumidores de 17 estados brasileiros (BRASIL, 2016). Nesse arranjo, a usina foi concebida para abastecer principalmente o mercado regulado, isto é, consumidores atendidos por distribuidoras, localizados majoritariamente fora da área de impacto direto da obra. A sistemática do certame foi definida por portaria do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as regras para a compra de energia elétrica proveniente da UHE Belo Monte no âmbito dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) (BRASIL, 2009a). A importância estratégica do leilão levou o Tribunal de Contas da União a acompanhar o processo, por meio de acórdão específico sobre o Leilão n.º 006/2009, voltado à contratação da energia da usina (BRASIL, 2010).

A concessão foi formalizada pelo Contrato de Concessão de Geração n.º 001/2010, celebrado entre o Ministério de Minas e Energia e a empresa Norte Energia S.A., responsável pela construção e operação da usina (BRASIL, 2010b). A Norte Energia é uma sociedade de propósito específico que reúne participação de empresas estatais e privadas do setor elétrico, além de outros investidores institucionais. Sua criação permitiu organizar o empreendimento em torno de um consórcio com horizonte de longo prazo, articulando responsabilidades técnicas, operacionais e financeiras, em consonância com as diretrizes da política energética federal.

³ MATEUS, Felipe. O legado destrutivo das hidrelétricas. Jornal da Unicamp, Campinas, p. 6, 3–23 nov. 2025. Disponível em: <https://jornal.unicamp.br/edicao/735/o-legado-destrutivo-das-hidreletricas/>. Acesso em: 25 de nov de 2025.

Do ponto de vista contratual, a energia de Belo Monte foi distribuída entre diferentes segmentos do mercado. Documento de referência da própria concessionária indica que 70% da energia assegurada foi destinada ao mercado regulado, 10% aos autoprodutores e 20% ao mercado livre, o que reforça o papel da usina como fornecedora prioritária de energia para distribuidoras, ao mesmo tempo em que reserva uma parcela relevante para grandes consumidores e comercializadores (NORTE ENERGIA, 2023). No mesmo documento, a empresa informa que a capacidade instalada de 11.233,1 MW corresponde a uma garantia física de 4.571 MW médios, valor que sintetiza a energia firme considerada disponível para fins de comercialização (NORTE ENERGIA, 2023).

A estrutura financeira do empreendimento se apoiou de maneira decisiva no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2012, o banco aprovou financiamento da ordem de R\$ 22,5 bilhões para a Norte Energia S.A⁴, destinado à construção de Belo Monte, valor que incluía uma parcela específica para ações socioambientais e representava o maior financiamento da história do banco para um único projeto à época (BNDES, 2012). O próprio BNDES destacou que a energia gerada por Belo Monte representaria cerca de 33% da expansão da capacidade de geração elétrica prevista para o período 2015–2019, reforçando a classificação da obra como empreendimento estruturante para o Sistema Interligado Nacional (BNDES, 2012).

A consolidação financeira e institucional do empreendimento não encerra o entendimento das bases técnicas que sustentaram sua aprovação. A retomada do projeto, autorizada pelo Decreto Legislativo nº 788/2005, foi acompanhada por um conjunto extenso de estudos e pareceres que buscavam demonstrar sua viabilidade hidrológica, energética e ambiental. O Estudo de Impacto Ambiental entregue em 2009 apresentou simulações de vazões médias e extremas do Xingu, projeções de energia firme, análises da morfometria da Volta Grande e cenários comparativos de operação em períodos de cheia e estiagem (BRASIL, 2009a). O Parecer Técnico nº 21/2010 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) examinou essas modelagens ao avaliar a Licença Prévia 342/2010, destacando a necessidade de um hidrograma de consenso capaz de

⁴ O custo atualizado estimado da obra está em torno de R\$ 42 bilhões. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/ministro-aciona-belo-monte-a-maior-geradora-de-energia-do-bras-1> Acesso em: 3 de dez de 2025.

conciliar a geração elétrica com a manutenção dos ciclos ecológicos da região (BRASIL, 2010). A Fundação Nacional dos Povos Indígenas produziu avaliações específicas sobre os impactos das alterações de vazão sobre os territórios Juruna e Arara, enfatizando a dependência desses povos da dinâmica hidrológica do rio Xingu e os riscos associados a variações abruptas nos pulsos naturais (BRASIL, 2009b). Esses documentos sustentaram a concessão da Licença de Instalação, emitida em 2011, e da Licença de Operação nº 1317/2015, que permitiu o início das atividades da usina no ano seguinte (BRASIL, 2011; BRASIL, 2015).

Nesse sentido, antes mesmo de Belo Monte se firmar como empreendimento, ela precisou existir como um conjunto de modelos hidrológicos, projeções de carga, mapas, séries históricas de vazão, estudos ambientais, representações gráficas, imagens de satélite e documentos que circularam entre diferentes arenas decisórias. Esses materiais não atuam como simples anexos ao projeto, mas como mediadores que transformam dúvidas em previsibilidade, incertezas em parâmetros e conflitos em tabelas passíveis de comparação. As curvas de permanência, as simulações de cheias, os cenários de operação e as projeções de geração servem para compor uma imagem de estabilidade técnica que antecede qualquer obra civil.

Nsta etapa da análise, para descrever mediações técnicas, a simetria analítica proposta pela teoria do ator-rede reconduz a descrição do social ao trabalho de composição de associações, nas quais humanos, artefatos, saberes e entidades naturais ocupam o mesmo plano de observação. Nesse enquadramento, mediações e traduções designam os movimentos pelos quais interesses, competências e materiais se ajustam mutuamente, enquanto inscrições nomeiam os dispositivos que estabilizam esses ajustes em formas legíveis, como séries de dados, mapas e relatórios. Falar em configurações sociotécnicas significa, portanto, acompanhar o modo como práticas técnicas, rotinas institucionais e autoridade epistêmica se coproduzem ao longo do tempo, sob condições de disputa e prova pública, em que a validade de procedimentos, critérios e efeitos é continuamente ensaiada diante de públicos diversos (LATOUR, 2006).

Latour chama atenção para esse processo: a capacidade de certos documentos de “fazer ver” e “fazer crer”, estabilizando versões do mundo que se

tornam mais convincentes que as próprias paisagens que pretendem descrever. No caso de Belo Monte, a usina emerge desse conjunto de referenciais: a representação técnica precede a materialidade. A usina só se tornou possível porque passou a existir como uma vasta coleção de papéis, gráficos, medições e pareceres que circularam entre mesas de engenheiros, salas de ministérios, reuniões de planejamento e consultorias especializadas. Essa circulação de dados opera como eixo de articulação entre mundos que, à primeira vista, são incompatíveis: o curso irregular de um rio amazônico e a racionalidade controlada de um sistema elétrico nacional.

A análise técnica de Belo Monte envolve entender como determinados especialistas e instrumentos institucionais moldam os critérios que orientam a interpretação dos impactos do empreendimento. É nesse processo que se definem os limites considerados aceitáveis, os parâmetros que orientam o desvio de vazão do Xingu e as condições que passam a enquadrar variações hidrológicas como elementos manejáveis dentro do projeto. Quando esses referenciais são organizados, a hidrelétrica passa a ser incorporada como parte de uma estrutura mais ampla, na qual medições, relatórios, mapas e simulações auxiliam na produção de uma narrativa de viabilidade. Cada componente técnico da usina ganha sentido porque foi previamente acomodado nesses instrumentos: as turbinas se apoiam em séries históricas, a casa de força se justifica pelo modo como foi traduzida em projeções de demanda e o canal de derivação se sustenta por ter sido inscrito, antes, nos estudos que reorganizam o curso do rio. A sustentação técnica do empreendimento decorre desse encadeamento, no qual cálculos, pareceres e modelos passam a estruturar não apenas a materialidade do projeto, mas também a percepção de que sua realização se apresenta como necessária.

2.3.1 Fatores ambientais

Belo Monte se apoiou em um conjunto extenso de documentos que buscou traduzir a complexidade ecológica do rio Xingu em parâmetros calculáveis. Os estudos que compõem o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) foram responsáveis por transformar ambientes dinâmicos, territórios ocupados e ciclos hidrológicos em categorias de impacto, mapas

temáticos e projeções. Essa conversão do ambiente em conjunto de indicadores permitiu enquadrar a viabilidade do empreendimento, ao definir quais componentes ecológicos seriam monitorados, quais riscos seriam incorporados como aceitáveis e quais alterações seriam tratadas como reversíveis dentro do modelo hidrelétrico adotado (BRASIL, 2009a). O trabalho sociotécnico descrito no capítulo anterior se prolonga aqui, pois são esses estudos ambientais que delimitam a fronteira do possível e informam a própria racionalidade técnica que sustenta o projeto.

A respeito da flora do Xingu, o EIA identificou a necessidade de supressão de extensas áreas de vegetação nativa, incluindo trechos de floresta ombrófila densa e várzeas, áreas fundamentais para a manutenção do ciclo de nutrientes do Xingu. A retirada da vegetação para formação do reservatório e a consequente decomposição da matéria orgânica submersa geram emissões de gases de efeito estufa, especialmente metano, nos primeiros anos de operação. Esse fenômeno, comum em usinas de baixa regularização que inundam áreas florestadas, representa um paradoxo do argumento de “energia limpa”, pois cria um período inicial de emissões superiores às projetadas para hidrelétricas em ecossistemas menos sensíveis (BRASIL, 2009a). Ainda que programas de supressão vegetal antecipada tenham sido previstos, os próprios pareceres técnicos reconhecem a incerteza quanto à sua eficácia, dada a diversidade de ambientes e a profundidade variável de inundação na região.

A fauna terrestre e aquática, segundo o EIA, compõe redes ecológicas que dependem do pulso anual de cheias e vazantes, processo que estrutura a vida nos rios amazônicos. A região de Altamira abriga centenas de espécies de peixes adaptadas a rios de forte sazonalidade, com comportamentos reprodutivos sincronizados com a subida e a descida das águas. A alteração desse regime hidrológico pelo desvio de parte da vazão para o canal de derivação da usina foi classificada nos pareceres como um dos impactos mais significativos da obra, pois interfere diretamente nos ciclos de reprodução, alimentação, migração e abrigo das espécies. A ictiofauna, termo que designa o conjunto de espécies de peixes de um ambiente, depende de variações naturais de profundidade, velocidade da água e disponibilidade de nutrientes. Quando o hidrograma artificial previsto para a operação de Belo Monte reduz a amplitude desse pulso natural, altera-se não

apenas o habitat de peixes, mas a própria base ecológica do Xingu (BRASIL, 2009a).

Essas transformações afetam de maneira imediata as populações humanas que integram o ecossistema. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas descreveu que povos indígenas e comunidades ribeirinhas da Volta Grande do Xingu estruturam seus calendários produtivos, rotas de deslocamento e práticas alimentares conforme as variações do rio. A pesca não é apenas atividade econômica ou de subsistência, mas expressão de conhecimento ecológico e de relação com o território. Ao alterar a vazão, o projeto de Belo Monte modifica os locais de desova, os períodos de reprodução e a disponibilidade sazonal de espécies utilizadas tanto para alimentação quanto para rituais e práticas comunitárias (BRASIL, 2009b). Assim, o impacto ambiental incide sobre formas de vida que mantêm vínculos diretos com a dinâmica ecológica do rio.

Esse caráter integrado do ambiente aparece também nos estudos comparativos realizados por instituições de pesquisa durante o processo de licenciamento. Avaliações independentes apontaram que a expansão da capacidade elétrica nacional poderia ter sido alcançada por meio de reformas e modernizações em hidrelétricas já existentes, bem como pelo reforço de linhas de transmissão, apresentando melhor relação custo-benefício ambiental e energético do que a construção de Belo Monte. Análises publicadas posteriormente reforçaram essa conclusão ao demonstrar que intervenções em usinas consolidadas, como Itaipu e Tucuruí, poderiam resultar em ganhos expressivos de eficiência sem os impactos socioambientais previstos para o Xingu (MAYER et al., 2021). Os estudos reforçam que a justificativa técnica de Belo Monte não era a única alternativa disponível e que decisões políticas influenciaram o direcionamento do investimento.

A análise dos estudos ambientais mostra que Belo Monte foi estruturada a partir de uma lógica que prioriza a expansão da oferta energética como requisito para o crescimento econômico. Nesse enquadramento, o território do Xingu é organizado conforme parâmetros de eficiência, garantia física e atendimento ao Sistema Interligado Nacional. Esse modo de interpretação transforma a dinâmica ambiental em variável operacional, deslocando a compreensão do rio de seu papel ecológico e social para sua capacidade de sustentar a produção contínua de

energia. O valor de uso⁵ do território passa a ser definido por critérios que atendem às demandas do sistema elétrico e não às necessidades das populações que nele vivem, o que evidencia como a obra incorpora o ambiente a uma racionalidade que busca ajustar o espaço às finalidades do desenvolvimento. A partir desse movimento, surgem tensões que não decorrem apenas dos impactos ambientais, mas da própria escolha de enquadrar a natureza segundo exigências externas ao seu funcionamento, abrindo espaço para questionar os limites desse modelo.

O pensamento de Michael Löwy permite introduzir uma reflexão em que a economia e a política se rearticulam a partir de critérios distintos daqueles que guiaram os projetos desenvolvimentistas do século XX. A proposta ecossocialista indica que a produção precisa ser reorientada segundo finalidades sociais e ecológicas, o que significa deslocar o eixo de racionalidade econômica do crescimento ilimitado para a vida em comum.

É definido como ecossocialistas:

[...] as teorias e os movimentos que aspiram a subordinar o valor de troca ao valor de uso, organizando a produção em função das necessidades sociais e das exigências da proteção do meio ambiente. O seu objetivo, um socialismo ecológico, seria uma sociedade ecologicamente racional fundada no controle democrático, na igualdade social, e na predominância do valor de uso (LÖWY, 2005, p. 49).

Essa formulação permite visualizar uma diferença fundamental na forma como se concebe o papel da economia. A lógica produtivista está assentada na acumulação e no aumento constante da produção, o que tende a tratar os recursos naturais e o trabalho humano como meios para a expansão de índices quantitativos.

A orientação ecossocialista, em contraste, entende que a economia deve responder a critérios de necessidade e de qualidade da vida social. Isso significa priorizar políticas que ampliem o acesso a bens comuns, como saúde, educação, moradia e energia, e que mantenham a capacidade de regeneração dos ecossistemas. A finalidade deixa de ser a expansão do produto e passa a ser a construção de condições que permitam o florescimento coletivo.

⁵ “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso.” (MARX, 2013, p. 158).

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.


2.3.2 Fatores Sociais

O artigo de Costa (2019), "Indigenismo empresarial em Belo Monte: uma etnografia da política do licenciamento ambiental de um megaempreendimento na Amazônia", faz uma análise crítica do indigenismo empresarial no contexto do licenciamento ambiental de Belo Monte. Costa argumenta que as práticas do indigenismo empresarial muitas vezes mascaram os impactos reais dos empreendimentos sobre as comunidades indígenas. O autor destaca a contradição entre os discursos tecnocientíficos dos consultores ambientais e as percepções locais das populações afetadas. Por exemplo, os Xikrin previram que o rio Bacajá secaria, um risco que foi subestimado pelos modeladores técnicos. O estudo conclui que, em vez de mitigar os impactos, o indigenismo empresarial frequentemente valida os interesses econômicos de empresas e do Estado, subjugando as realidades indígenas a dinâmicas capitalistas.

Os impactos sociais de Belo Monte revelam um processo amplo de transformação territorial, econômica e demográfica que ultrapassa o ciclo de construção da usina. A região do Xingu passou por modificações rápidas que afetaram modos de vida tradicionais, reorganizaram relações de trabalho e alteraram padrões de convivência urbana. Esses efeitos podem ser observados a partir de diferentes camadas: resistência social, participação institucional, mobilidade da força de trabalho e aumento da violência.

Entre os grupos mais diretamente afetados estão os Kayapó, Juruna (Yudjá), Arara e Xikrin, cujos territórios e modos de vida foram alterados pelas transformações do rio Xingu e seu entorno (ISA, 2024). O Território Indígena do Xingu, localizado na porção sul da bacia, também inclui povos do Alto Xingu, como Aweti, Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukuá, Naruvotu, Trumai, Wauja e Yawalapiti (ISA, 2024).

Desde as primeiras tentativas de licenciamento, o projeto foi alvo de forte resistência. Povos indígenas, comunidades ribeirinhas, organizações socioambientais, movimentos sociais contestaram os riscos de deslocamentos forçados, perda de territórios tradicionais, degradação ambiental e violação do direito

à consulta livre, prévia e informada, conforme previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário desde 2004. Esta convenção estabelece que povos indígenas e comunidades tradicionais devem ser consultados sempre que medidas legislativas ou administrativas possam afetar diretamente seus territórios, recursos naturais ou modos de vida, assegurando sua participação nos processos de decisão que os envolvam (BRASIL, Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004). 

A resistência dos grupos locais antecede a obra e se articula em torno de movimentos sociais consolidados, entre eles o Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

Essas organizações buscaram denunciar o caráter excludente do planejamento, a insuficiência dos estudos socioambientais e o risco da obra para os territórios indígenas e ribeirinhos. A visibilidade dessas mobilizações foi desigual entre os meios de comunicação. Paes et al. (2021) mostram que a cobertura jornalística nacional priorizou discursos governamentais e econômicos, enquanto veículos internacionais deram maior atenção às reivindicações dos povos tradicionais. Em mais de mil matérias analisadas entre 2005 e 2017, apenas uma pequena parcela abordou de forma direta as comunidades indígenas afetadas. Além disso, expressões generalizantes e estereotipadas foram comuns nos jornais brasileiros, reforçando enquadramentos que minimizam a complexidade dos povos da região. Essa assimetria na representação pública contribuiu para restringir o espaço de debate sobre as preocupações levantadas pelas comunidades locais.

O processo de licenciamento socioambiental também foi marcado por controvérsias relacionadas à participação das populações tradicionais. Silveira (2018) destaca que os povos indígenas da Volta Grande do Xingu não foram consultados de forma adequada durante as etapas decisórias, apesar das exigências legais que determinam consulta prévia para empreendimentos que afetem diretamente seus territórios. A ausência de diálogo efetivo e o ritmo acelerado do licenciamento dificultaram a incorporação das preocupações apresentadas por lideranças indígenas e ribeirinhas, resultando em decisões que não refletiram a complexidade social da região. O processo acabou por reforçar um modelo de tomada de decisão que pouco reconhece a diversidade de formas de uso do território.

A dinâmica econômica da região passou por tensões significativas ao longo da construção da usina. As transformações não se limitaram à cidade de Altamira, principal polo urbano da área de impacto. A migração de trabalhadores rurais para empregos temporários nos canteiros de obra provocou escassez de mão de obra no campo e elevou custos de produção. Calvi et al. (2020) analisam como esse deslocamento reconfigurou a produção agropecuária local. Diante do aumento dos custos e da pressão por rentabilidade, muitos produtores abandonaram cultivos destinados ao consumo interno e passaram a investir em atividades mais lucrativas, como pecuária e cacau. O resultado foi uma redução da produção de alimentos básicos e um descompasso entre o dinamismo econômico esperado e a realidade enfrentada pelos pequenos agricultores. Essas mudanças demonstram que o crescimento urbano e o fluxo temporário de capital não garantem desenvolvimento equilibrado para todas as partes do território.

A migração intensa também afetou a organização urbana de Altamira. A rápida expansão populacional pressionou serviços de saúde, educação e assistência social. Além disso, a presença de milhares de trabalhadores temporários favoreceu a formação de mercados informais e a intensificação de atividades como o tráfico de drogas, que atuaram como vetores de violência. Schmutz (2023) identificou elevação expressiva na taxa de homicídios nos municípios da área de impacto direto durante os anos de construção da usina e no período imediatamente posterior. As maiores vítimas foram jovens homens, o que evidencia a perda significativa de capital humano local e o aprofundamento de vulnerabilidades já existentes. O estudo aponta que grandes obras alteram padrões demográficos e econômicos de forma rápida, criando condições para conflitos e desafios institucionais que podem perdurar por anos.

Outras formas de violência acompanharam o ciclo da obra, especialmente violência sexual e exploração de mulheres e meninas. Barroso (2020) mostra que o número de estupros aumentou significativamente durante e após a construção, associado ao deslocamento populacional, à insuficiência de políticas de proteção social e às novas dinâmicas urbanas produzidas pela obra. A chegada maciça de trabalhadores, combinada com a precariedade dos equipamentos públicos, ampliou a exposição de mulheres e adolescentes a situações de risco. Os impactos se

tornaram mais profundos nos anos que sucederam a construção, quando a retração econômica aumentou a vulnerabilidade de grupos marginalizados.

A prostituição também foi intensificada pelo contexto da obra. Figueiredo e Saraiva (2018) analisam entrevistas com trabalhadoras sexuais realizadas entre 2017 e 2018 e indicam que a expansão da demanda por serviços sexuais está diretamente ligada ao fluxo de trabalhadores e ao movimento econômico gerado pela construção de Belo Monte. Muitas mulheres aderiram à atividade por falta de alternativas de trabalho e de renda. Após a conclusão da obra, com o declínio econômico da região, parte significativa dessas mulheres permaneceu em situação de vulnerabilidade, com poucas possibilidades de inserção no mercado formal. O estudo mostra que os efeitos sociais da obra não são temporários e que a prostituição, nesse contexto, não pode ser compreendida como escolha isolada, mas como produto de condições estruturais impostas pelo modelo de desenvolvimento.

O conjunto desses elementos evidencia que os impactos sociais de Belo Monte não se resumem às transformações imediatas associadas ao canteiro de obras. Eles revelam um processo mais amplo de reorganização do território, que modifica modos de vida, altera estruturas econômicas e intensifica desigualdades. A construção da usina produziu um ciclo de crescimento seguido por retração, que ampliou vulnerabilidades e pressionou populações que dependem diretamente da estabilidade do território para manter suas condições de vida. Esses efeitos mostram que empreendimentos de grande porte, quando orientados prioritariamente pela expansão econômica, tendem a gerar desequilíbrios que recaem de forma assimétrica sobre os grupos sociais mais expostos.

2.4 AÇÕES DO ESTADO

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte expressa a capacidade histórica do Estado brasileiro de projetar transformações estruturais em larga escala. Michael Mann define essa capacidade como poder infraestrutural, ou seja, a aptidão de coordenar instituições, produzir informações técnicas, mobilizar recursos e alcançar efetivamente o território por meio de políticas públicas e obras materiais (MANN, 1993). Esse conceito permite compreender que Belo Monte não é apenas

uma decisão política isolada, mas resultado de uma estrutura estatal que integra planejamento energético, órgãos administrativos, empresas estatais, instrumentos jurídicos e mecanismos de financiamento. A usina emerge, portanto, dentro de um arranjo que combina competências técnicas e autoridade institucional, constituindo uma intervenção que reorganiza espaços, populações e fluxos econômicos.

A ação estatal que sustenta Belo Monte não se apresenta como um bloco monolítico. O processo de implementação do empreendimento envolve múltiplas instituições, cada qual com funções, competências e racionalidades específicas. A Empresa de Pesquisa Energética produz cenários de demanda e oferta, o Ministério de Minas e Energia estabelece diretrizes, a Casa Civil coordena o processo decisório, o Ibama emite pareceres ambientais, a Funai analisa impactos sobre povos indígenas, a Eletronorte e depois a Norte Energia desenvolvem execução técnica, e o BNDES estrutura o financiamento. Esses atores não agem de forma harmônica, mas se relacionam em um campo de posições relativamente autônomas, cujas normas internas, disputas técnicas e interpretações divergentes moldam a trajetória da política energética. Nesse ponto, é necessário reconhecer que o Estado opera por meio de uma rede complexa de práticas especializadas, diagnósticos técnicos e decisões administrativas que se sobrepõem e se ajustam ao longo do processo.

Para articular esse funcionamento interno, a sociologia de Pierre Bourdieu oferece ferramentas importantes analisar instituições. O autor descreve o Estado como um campo, espaço social estruturado por disputas entre agentes e órgãos que buscam impor suas definições legítimas de mundo social (BOURDIEU, 2014). Aplicado ao caso de Belo Monte, esse enquadramento mostra que o licenciamento ambiental, os estudos hidrológicos, os relatórios socioeconômicos, as análises jurídicas e os pareceres técnicos não possuem o mesmo peso dentro da estrutura estatal. Certas interpretações tendem a se tornar dominantes porque são produzidas por setores com maior autoridade burocrática, maior capacidade técnica reconhecida ou maior proximidade com o núcleo decisório do governo federal. O processo de implementação da usina é atravessado por essas disputas internas, que selecionam quais argumentos serão priorizados e quais demandas sociais serão tratadas como secundárias no curso das decisões.

A transição entre as análises técnicas e as decisões finais revela o modo como o Estado organiza suas prioridades. Pareceres do Ibama e da Funai, muitas vezes produzidos com forte embasamento técnico, coexistem com interesses de empresas estatais e cronogramas vinculados a políticas de desenvolvimento. O Estado atua por meio da integração entre setores, coordenando diferentes órgãos de acordo com objetivos considerados estratégicos. Em Belo Monte, essa coordenação se expressa na construção de consensos internos que orientam o avanço do projeto, mesmo em meio a controvérsias técnicas e tensões administrativas. A autoridade estatal opera pela capacidade de articular informações, sincronizar ações e conduzir trajetórias específicas entre alternativas possíveis.

Essa capacidade de articulação também envolve instrumentos de poder material. O financiamento concedido pelo BNDES, a celebração da concessão com a Norte Energia, os decretos legislativos que autorizam o empreendimento e a formalização de licenças ambientais formam um arcabouço de decisões que sustentam a obra. Cada documento, cada estudo técnico e cada ato administrativo ampliam o alcance do Estado dentro do território, orientando o Xingu conforme prioridades energéticas nacionais. Nesse sentido, o empreendimento pode ser entendido como resultado de uma construção estatal que combina conhecimento especializado, poder técnico, instrumentos jurídicos e mecanismos financeiros. Belo Monte se torna expressão concreta da capacidade do Estado de transformar o espaço amazônico em função de sua política energética.

Visto sob esse enquadramento, o Estado aparece como agente que direciona, organiza e sustenta a infraestrutura energética brasileira. As decisões que permitiram a instalação da usina não resultam apenas de demandas econômicas, mas de uma forma específica de atuação estatal que integra planejamento, administração, técnica e investimento público. A política energética brasileira se estrutura nesse entrelaçamento: um Estado que produz diagnósticos, mobiliza especialistas, incorpora debates internos e define prioridades de ação em meio a disputas sociais e institucionais. Essa compreensão oferece base para analisar, no capítulo seguinte, como o Congresso Nacional participa desse processo, tanto como arena de debate quanto como instituição que formaliza parte das decisões que permitiram a construção de Belo Monte.

2.5 O ESPAÇO DO CONGRESSO NACIONAL

O Congresso Nacional como locus da pesquisa e como instância decisória central no processo que viabilizou a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Apresenta um enquadramento teórico sobre o funcionamento do Congresso brasileiro na literatura de ciência política e demonstra o papel concreto do Legislativo nas decisões relacionadas a Belo Monte. Partindo dessa base, a passagem para a análise empírica dos discursos parlamentares que compõe o corpus deste trabalho foi desenvolvida na seção 2.6, como poderá ser observado.

A literatura de ciência política sobre instituições brasileiras descreve o Congresso como peça estruturante do presidencialismo de coalizão. Figueiredo e Limongi analisam o período pós-1988 e mostram que o Legislativo opera a partir de uma forte organização interna, baseada em partidos, lideranças e comissões, em interação constante com o Executivo (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999). A produção de leis e a tramitação de projetos se apoiam em mecanismos de coordenação como a definição da agenda, o papel dos relatores e a disciplina das bancadas. O Congresso aparece, assim, como um espaço em que preferências regionais, interesses setoriais e estratégias governamentais são processados por meio de regras formais e práticas políticas consolidadas.

Fabiano Santos, ao estudar o poder legislativo em contextos de coalizão, enfatiza o papel do controle de agenda e da estrutura de comissões na organização do trabalho parlamentar (SANTOS, 1997; 2003). As comissões permanentes e temporárias funcionam como arenas de especialização e triagem, nas quais se produzem pareceres, se ouvem atores externos e se definem os termos em que temas complexos serão levados ao plenário. Esse arranjo favorece a atuação de governos que dispõem de maioria e conseguem articular suas prioridades com líderes partidários e presidentes de comissão. Projetos de infraestrutura, como grandes obras no setor elétrico, entram nessa lógica ao serem classificados como estratégicos para o desenvolvimento econômico, o que tende a reforçar a convergência entre Executivo e base aliada na sua tramitação.

No caso de Belo Monte, o momento decisivo da intervenção do Congresso ocorre em 2005, com a aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de

Decreto Legislativo nº 1.785/2005, e, no Senado Federal, do PDS nº 343/2005 (BRASIL, 2005a; BRASIL, 2005b). Esses decretos autorizaram a implantação da usina ao reconhecer que o empreendimento afetaria terras tradicionalmente ocupadas e, portanto, dependia de autorização legislativa conforme o artigo 231 da Constituição Federal. Esse artigo, que trata dos direitos dos povos indígenas, afirma que as comunidades indígenas têm direito às terras que tradicionalmente ocupam e estipula que o aproveitamento dos recursos hídricos nesses territórios só pode ser realizado com aprovação do Congresso Nacional, além de exigir consulta prévia às comunidades envolvidas (BRASIL, 1988).

Ao aprovar esses decretos, o Congresso converte o projeto em decisão de Estado e estabelece as bases constitucionais que permitem seu avanço administrativo e regulatório. Essa autorização não é uma formalidade. Ela organiza os limites jurídicos e políticos do processo e orienta a atuação de órgãos ambientais, empresas e demais instituições estatais envolvidas na obra.

A controvérsia sobre a consulta prévia explicita ainda mais o lugar do Congresso. Pareceres e ações do Ministério Público Federal (MPF) afirmaram que a consulta prevista no artigo 231 da Constituição Federal e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho exige participação efetiva das populações indígenas antes da tomada de decisão (MPF, 2009; MPF, 2010). A interpretação defendida pelo MPF sustenta que a consulta não pode ser reduzida a um procedimento administrativo conduzido por órgãos executivos, como o Ibama, no âmbito do licenciamento ambiental. Para a Coalizão Política Idealista, atuando através do MPF, o artigo é ambíguo por não regulamentar como devem ser conduzidas as oitivas junto às populações indígenas, afirmando que essas consultas são insuficientes e que foram feitas pelo Ibama, quando deveriam ter sido realizadas pelo Congresso Nacional.

Trata-se de um processo político que envolve deliberação institucional, informação adequada e participação representativa. Ao argumentar que o Congresso deveria ter assumido papel central nesse processo, o Ministério Público coloca o Legislativo no foco das disputas internas do Estado sobre quem tem competência para conduzir decisões que afetam territórios indígenas.

A forma como o Congresso atuou em relação a essas questões ajuda a caracterizar sua posição institucional. A aprovação dos decretos legislativos garantiu o avanço do empreendimento, mas a atuação posterior da instituição se concentrou em comissões e audiências com alcance limitado. Enquanto o licenciamento ambiental avançava com protagonismo do Executivo, da Eletrobras, da Eletronorte e das agências técnicas, o Congresso permaneceu relativamente distante das formas de participação reivindicadas por movimentos indígenas, ribeirinhos e organizações socioambientais. Essa assimetria revela a tensão entre a função representativa do Parlamento e o modo como as decisões sobre desenvolvimento e energia são, de fato, processadas na estrutura estatal.

Em arranjos de presidencialismo de coalizão, o Legislativo tende a favorecer a convergência com o Executivo em projetos considerados estratégicos, especialmente quando envolvem investimentos de grande escala e são promovidos como instrumentos de desenvolvimento nacional. O caso de Belo Monte se insere nesse padrão. A decisão legislativa inicial, associada às prioridades governamentais e ao controle de agenda, estruturou o comportamento das coalizões partidárias e limitou a permeabilidade do processo às demandas das populações atingidas.

Quando parlamentares aprovam um decreto autorizativo, assumem institucionalmente a responsabilidade de avaliar e reorganizar demandas concorrentes que circulam na esfera pública. O Legislativo é, por desenho constitucional, o espaço onde diferentes segmentos da sociedade encontram representação. Por isso, é relevante compreender como essas controvérsias foram tratadas no debate parlamentar que antecedeu a autorização da obra.

Essa interrogação ganha amplitude quando se observa que o Congresso opera em relação constante com outras arenas de produção de conhecimento e disputa pública, como audiências realizadas por comunidades locais, pareceres de órgãos ambientais, iniciativas do Ministério Público Federal, organizações internacionais e coberturas jornalísticas nacionais e estrangeiras. Cada uma dessas arenas formulou interpretações distintas sobre o projeto, com diferentes ênfases e argumentos. Os debates parlamentares sobre Belo Monte se inscrevem em um conjunto mais amplo de controvérsias que envolvem desenvolvimento, proteção ambiental e os efeitos sociais da intervenção estatal na Amazônia. Esses eixos, já

apresentados anteriormente, reaparecem no Legislativo sob formas específicas, moldadas pelas disputas internas à Casa. A tensão entre desenvolvimento e meio ambiente assume forma normativa na política energética nacional a ser detalhada nas próximas seções.

2.6 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA USINA DE BELO MONTE NO CONGRESSO NACIONAL

Observa-se nessa parte da pesquisa um rumo a análise dos discursos proferidos no Congresso Nacional entre 2009 e 2013 sobre a construção de Belo Monte. Num corpus de 89 documentos posteriormente tabelados e codificados, buscou-se compreender como se deu a construção discursiva em torno da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Congresso Nacional, por meio da codificação temática dos materiais no software MAXQDA e da análise das categorias do conteúdo, com o intuito de compreender como determinados argumentos se consolidaram no processo legislativo e contribuíram para a aprovação da obra, mesmo diante de resistências sociais e institucionais significativas.

2.6.1 Metodologia Utilizada

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com foco na análise documental de discursos políticos relacionados à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O levantamento dos dados foi realizado através do mecanismo de busca nos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, utilizando o termo “Belo Monte”. O conjunto documental é constituído por pronunciamentos, projetos de lei, requerimentos, pareceres e registros oficiais publicados no Diário da Câmara dos Deputados e no Diário do Senado Federal, referentes ao período de 2009 a 2013, delimitado por corresponder à fase mais intensa do debate e da tramitação política da obra no Congresso Nacional.

Assim, foi possível organizá-los em uma tabela no Excel⁶ contendo as seguintes divisões: data; autor/partido; fonte; tipo do documento; texto; principais assuntos; comentários. Durante o processo de recolhimento de informações observou-se a dinâmica dos pronunciamentos dos parlamentares, quais as maneiras de achar informações específicas, por exemplo o arquivamento ou não de requerimentos, bem como, o modo mais prático de transferir todos os dados para a tabela.

Para a análise, foi utilizado o software MAXQDA Analytics Pro, versão 2020, que possibilitou a codificação temática dos documentos a partir da definição de categorias empíricas. Durante a importação, foram selecionados 89 documentos, excluindo aqueles que não utilizavam o termo “Belo Monte” para tratar da usina, mas de outros assuntos. As categorias emergiram da leitura exploratória dos textos e foram definidas de forma a capturar os principais eixos do debate parlamentar. Uma das principais funcionalidades do software é a capacidade de codificar dados, o que permite marcar trechos de texto com códigos e subcódigos como categorias e temas relevantes. Isso facilita a organização e a estruturação dos dados, tornando-os mais acessíveis para análise.

Utilizou-se a análise de conteúdo para interpretar e categorizar as informações presentes nos documentos coletados. As categorias funcionam como núcleos de sentido que organizam a leitura, permitindo identificar recorrências e interpretar relações estabelecidas entre diferentes unidades do registro. Essa orientação guiou o agrupamento dos códigos e a estruturação dos recortes temáticos utilizados na etapa interpretativa. (BARDIN, 2011).

As categorias de análise emergiram a partir do exame inicial dos documentos. Este procedimento garantiu que as categorias fossem adequadas e representativas dos dados reais, descritas nessa etapa para facilitar o entendimento dos códigos em suas bases da análise.

A primeira categoria reuniu diferentes posicionamentos em relação à usina, incluindo “Manifestações favoráveis”; “Manifestações contrárias”, detalhadas pelos subcódigos “Indígenas”, “Ribeirinhos”, “Denúncias/irregularidades”,

⁶ A tabela do Excel pode ser consultada no link: [Belo Monte 2009.xlsx](#).

“Responsabilidades” e “Críticas à obra”. Em seguida, foram organizados códigos relacionados ao debate sobre desenvolvimento e matriz energética, como “Desenvolvimento”, com os subcódigos “Econômico” e “Sustentável”, além de “Debate sobre matriz energética no Brasil”, “Leilões de energia”, “Licitação” e “Emprego e renda”.

Outro conjunto contemplou questões ligadas aos impactos da obra, reunindo códigos como “Impactos socioambientais”, “Violência”, “Enchentes” e “Condicionantes”. Foram também mapeadas menções à participação social e às arenas de disputa, com os códigos “Participação de Movimentos Sociais”, “Audiências públicas”, “Demandas da sociedade civil” e “OEA”. No eixo referente à atuação estatal, foram codificados “Políticas públicas” e “Planos de desenvolvimento regional”.

Por fim, foram incluídos no processo os códigos que indicam filiação partidária dos parlamentares presentes nos documentos analisados. Para isso, cada sigla foi registrada como código específico: “DEM”, “PCdoB”, “PMDB”, “PP”, “PPS”, “PR”, “PRB”, “PSB”, “PSD”, “PSDB”, “PSOL”, “PT”, “PTB”, “PV” e “PDT”.

Utilizou-se a análise de conteúdo como técnica metodológica central, permitindo a interpretação sistemática e objetiva das mensagens veiculadas nos documentos. As categorias foram elaboradas de forma indutiva, com base no conteúdo efetivamente encontrado nos textos. Posteriormente, os códigos e subcódigos foram aplicados a cada documento, compondo um sistema estruturado de análise.

A identificação dos padrões discursivos nos dados sistematizados ocorre a partir da análise combinada entre frequência, coocorrência e densidade dos códigos aplicados aos documentos. O software MAXQDA foi utilizado para gerar mapas de códigos que permitiram observar recorrências e relações entre temas, partidos políticos e posicionamentos. Esse cruzamento serviu para a identificação de tendências discursivas predominantes e a análise da estrutura argumentativa mobilizada pelos parlamentares.

Com base nesses padrões, é possível reconstruir a dinâmica do debate legislativo, observando quais discursos ganharam centralidade, quais foram

neutralizados, e como essas disputas se conectam com o processo de decisão política. A metodologia proposta busca, assim, evidenciar de que maneira o Congresso atuou na conformação de determinadas narrativas sobre Belo Monte, contribuindo para a compreensão sociológica da produção de sentidos políticos em contextos de conflito socioambiental.

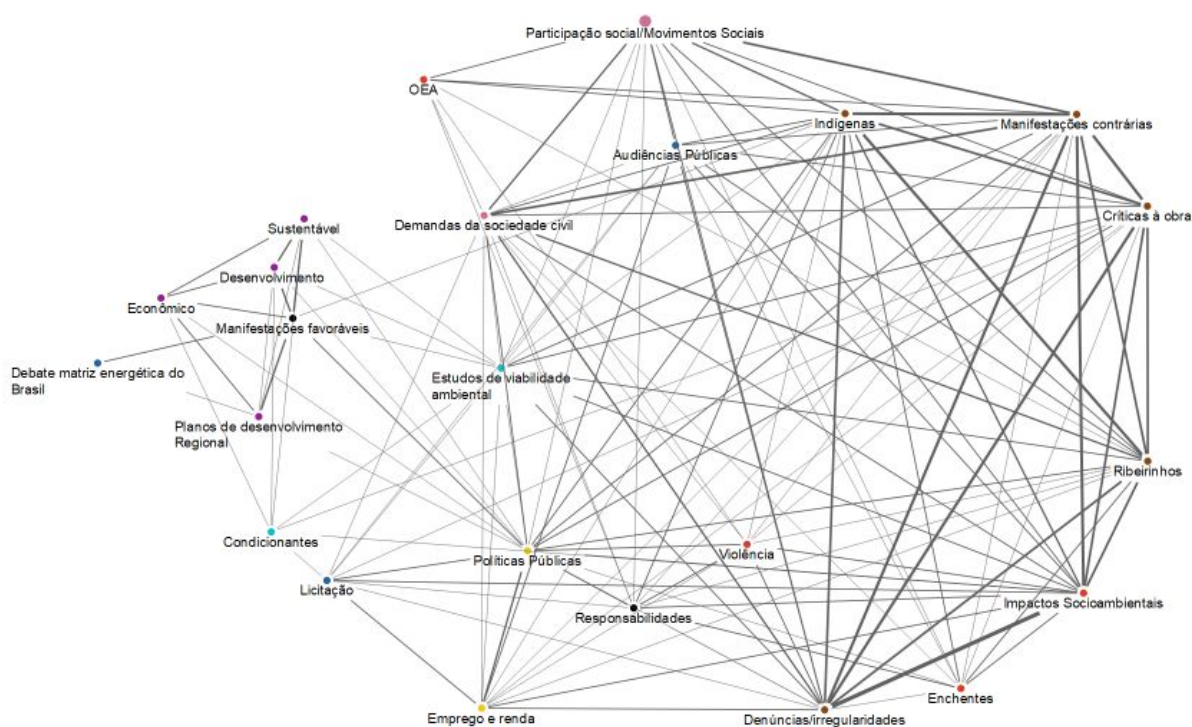
2.6.2 Resultados e Mapas de Códigos

Esta seção apresenta uma amostra dos resultados obtidos na análise dos discursos parlamentares sobre a Usina de Belo Monte. A partir da codificação temática dos documentos e da visualização de padrões discursivos com o uso do software MAXQDA, são destacados exemplos que ilustram como se estruturaram os principais sentidos atribuídos à obra dentro do Congresso Nacional.

Para demonstrar como os códigos interagem entre si, fez-se um mapa de códigos com frequência dos 24 códigos existentes (Figura 2) exceto os que configuram algum partido político analisados posteriormente com outro cruzamento.

A espessura das linhas representa a frequência dos códigos num mesmo documento. Foram selecionados para essa análise que o aparecimento das relações entre códigos se formasse a partir de três documentos, ou seja, os códigos que não se ligam a nenhum outro por linhas, apenas por proximidade, aparecem correlacionados em dois ou um documento, códigos não encontrados relacionando-se com outros são retirados automaticamente da análise pelo software.

Figura 2 - Mapa de Frequência de códigos



Fonte: Elaborado pela autora

Para aprofundar a leitura dos eixos apresentados no mapa geral, os recortes a seguir ampliam os trechos mais densos da visualização, permitindo observar com maior precisão a disposição dos códigos que compõem cada quadrante.

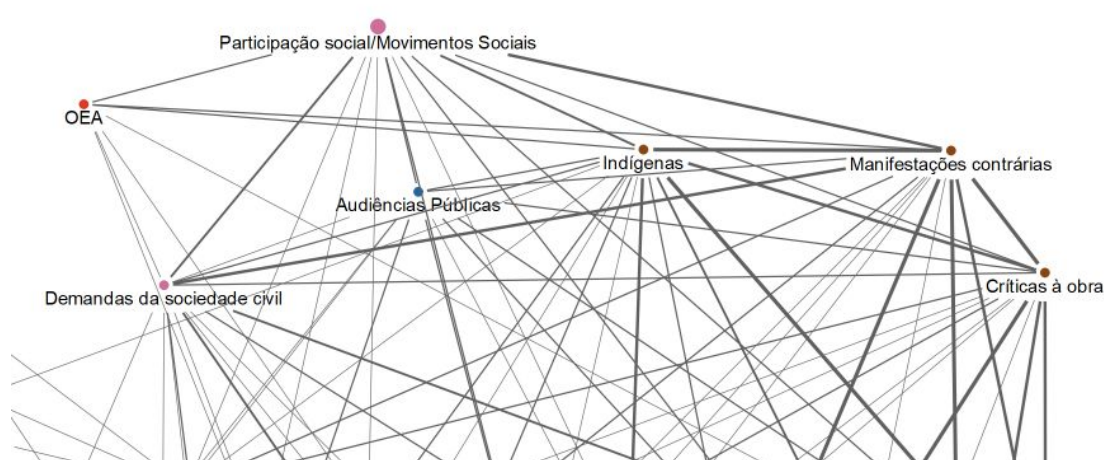
O primeiro recorte corresponde ao quadrante superior do mapa (Figura 3). Nesse trecho concentram-se “Participação social/Movimentos sociais”, “OEA”, “Manifestações contrárias”, seus subcódigos “Indígenas” e “Ribeirinhos”, além de “Audiências públicas”, “Demandas da sociedade civil” e “Críticas à obra”.

A partir desse agrupamento observa-se que “Participação social / movimentos sociais” estabelece conexões diretas com “OEA”, “Demandas da sociedade civil”, “Audiências públicas”, “Indígenas”, “Manifestações contrárias” e “Críticas à obra”, compondo o núcleo inicial de adensamento.

“OEA” se vincula sobretudo a “Indígenas”, “Manifestações contrárias”, “Ribeirinhos” e “Demandas da sociedade civil”. Dentro desse mesmo quadrante,

“Audiências públicas” se projeta para “Indígenas”, “Manifestações contrárias”, “Críticas à obra” e “Ribeirinhos”, enquanto “Demandas da sociedade civil” reforça seu eixo principal com “Manifestações contrárias” e “Participação social / movimentos sociais”. A partir dessas articulações surgem as linhas que conduzem ao recorte seguinte.

Figura 3 - Zoom no quadrante superior do mapa de frequência



Fonte: Elaborado pela autora

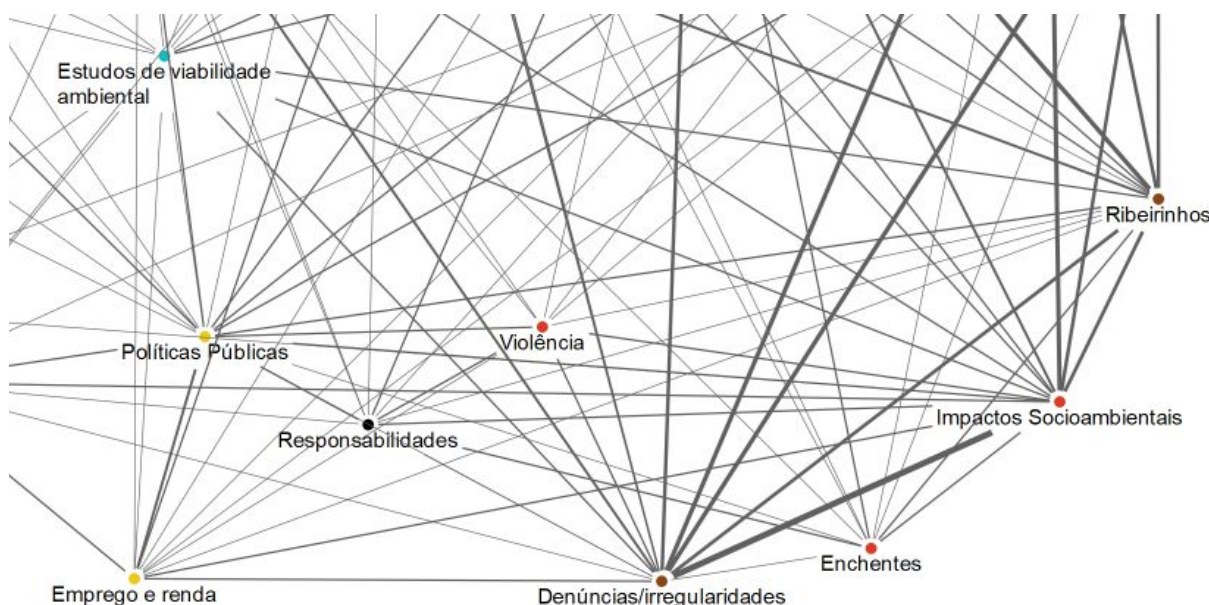
A ampliação seguinte desloca o olhar para o quadrante inferior do mapa, onde o quadrante inferior do mapa (Figura 4) reúne “Estudos de viabilidade ambiental”, “Ribeirinhos”, “Impactos socioambientais”, “Violência”, “Políticas públicas”, “Responsabilidades”, “Emprego e renda”, “Denúncias / irregularidades” e “Enchentes”.

Parte dessas conexões deriva diretamente do bloco anterior: “Manifestações contrárias”, “Indígenas” e “Ribeirinhos” chegam a este quadrante e se ligam de forma consistente a “Críticas à obra”, “Impactos socioambientais” e “Denúncias / irregularidades”. Além disso, as linhas provenientes de “Audiências públicas” também se estendem até “Críticas à obra” e “Impactos socioambientais”.

Nesse conjunto, “Impactos socioambientais” forma o eixo mais denso, articulando-se a “Críticas à obra”, “Ribeirinhos”, “Manifestações contrárias” e

“Denúncias / irregularidades”. Em torno dele se aproximam códigos como “Violência”, “Políticas públicas”, “Emprego e renda” e “Enchentes”, cujas ligações aparecem de forma mais tênue. “Estudos de viabilidade ambiental” reforça esse bloco ao se conectar tanto a “Críticas à obra” quanto a “Impactos socioambientais” e “Políticas públicas”.

Figura 4 - Zoom no quadrante inferior do mapa de frequência



Fonte: Elaborado pela autora

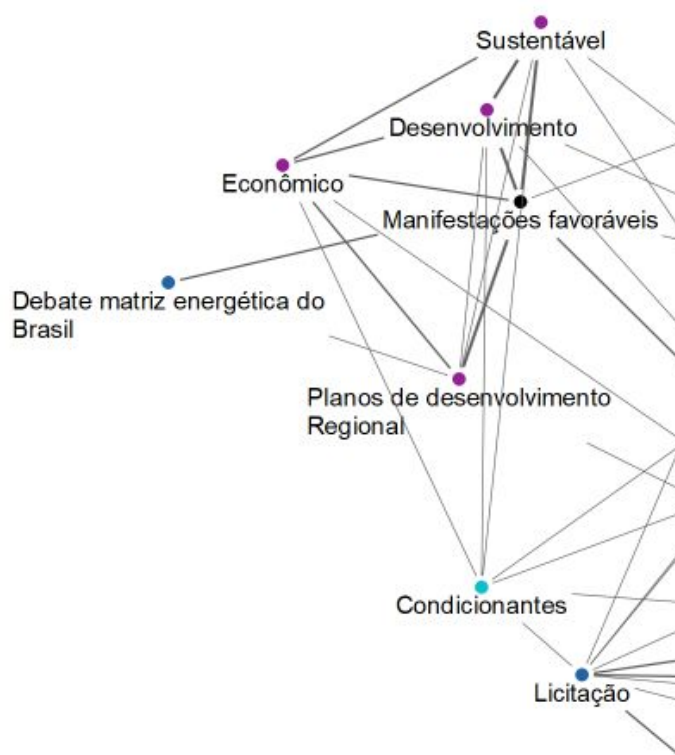
A continuidade desse percurso destaca, no recorte seguinte, correspondente ao quadrante esquerdo do mapa (Figura 5). Nele estão “Licitação”, “Condicionantes”, “Planos de desenvolvimento regional”, “Debate sobre a matriz energética no Brasil”, “Manifestações favoráveis” e o código “Desenvolvimento”, acompanhado de seus subcódigos “Econômico” e “Sustentável”.

As ligações se distribuem de forma mais concentrada no interior desse agrupamento: “Planos de desenvolvimento regional” se conecta a “Manifestações favoráveis”, ao subcódigo “Econômico” e, de maneira mais tênue, ao subcódigo “Sustentável”. “Manifestações favoráveis”, por sua vez, também se vincula a “Desenvolvimento”, “Políticas públicas” e ao subcódigo “Indígenas”, retomando linhas mais leves presentes nas figuras anteriores. “Condicionantes” se articula com

“Licitação”, “Impactos socioambientais”, “Críticas à obra”, “Estudos de viabilidade ambiental” e com os subcódigos de “Desenvolvimento”.

Por fim, “Debate sobre a matriz energética no Brasil” mantém uma ligação direta com “Manifestações favoráveis” e “Planos de desenvolvimento regional”, compondo um pequeno bloco lateral.

Figura 5 - Zoom no quadrante esquerdo do mapa de frequência



Fonte: Elaborado pela autora

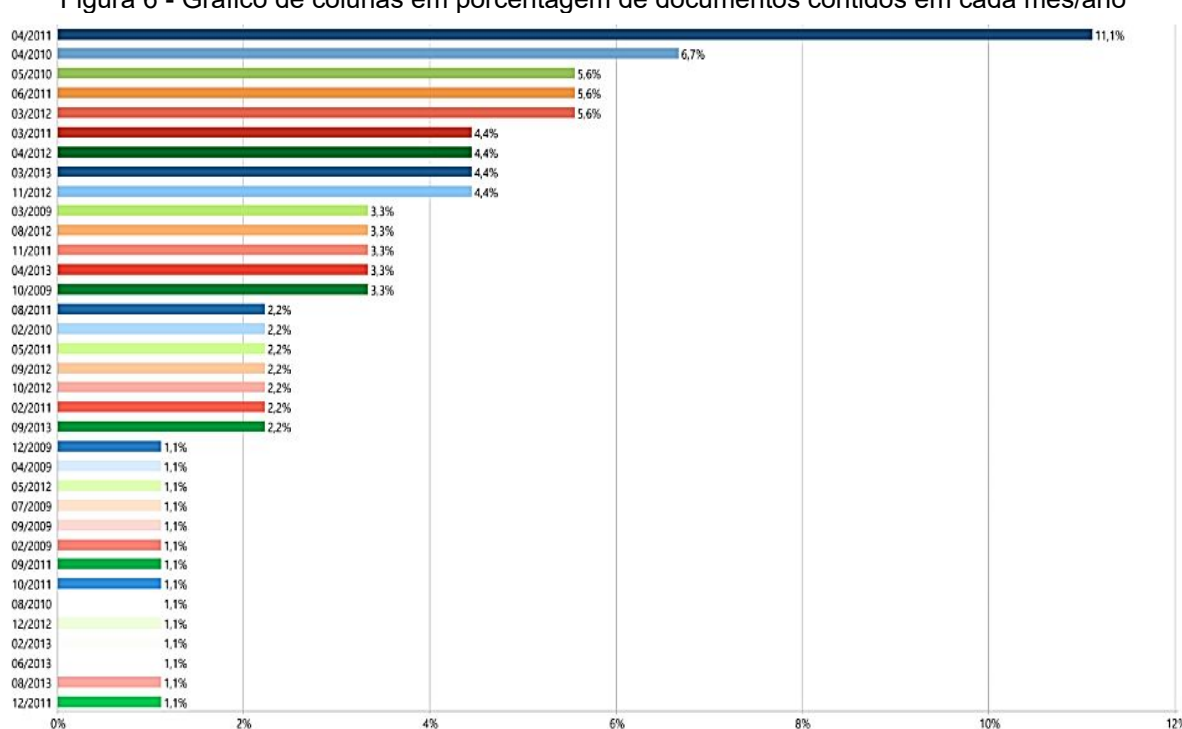
A distribuição percentual dos documentos distribuídos em mês/ano analisados é apresentada no gráfico de colunas que se segue (Figura 6). Trata-se de uma visualização que permite identificar oscilações na intensidade dos debates registrados no Congresso Nacional ao longo do período estudado.

O gráfico evidencia um pico expressivo em abril de 2011, mês que concentra a maior parte dos documentos codificados. Esse acúmulo coincide com a intervenção da Organização dos Estados Americanos (OEA), que solicitou a

suspensão imediata do licenciamento e da construção da Usina de Belo Monte. A repercussão dessa manifestação internacional desencadeou uma ampliação significativa das discussões parlamentares, mobilizando posicionamentos diversos e reacendendo o debate sobre soberania nacional e regularidade jurídica do processo a respeito das condicionantes da obra.

Essa distribuição temporal contribui para contextualizar os fluxos de atenção política, evidenciando como eventos externos ao Legislativo influenciaram diretamente o ritmo e a densidade das manifestações parlamentares sobre Belo Monte, justamente quando o assunto era a defesa de um Estado soberano apoiado em obras de expansão de infraestrutura associado ao desenvolvimento econômico. Há também um crescimento significativo dos discursos codificados como “Manifestações contrárias”, reiterando o contexto da carta da OEA que denunciava a falta de escuta aos povos indígenas durante o processo. Essa correlação é detalhada na próxima subseção.

Figura 6 - Gráfico de colunas em porcentagem de documentos contidos em cada mês/ano⁷



Fonte: Elaborado pela autora

⁷ Salienta-se que o tamanho reduzido da fonte na figura decorre da forma como o arquivo foi salvo e de um erro sistemático do software, que impediu um segundo cruzamento dos dados.

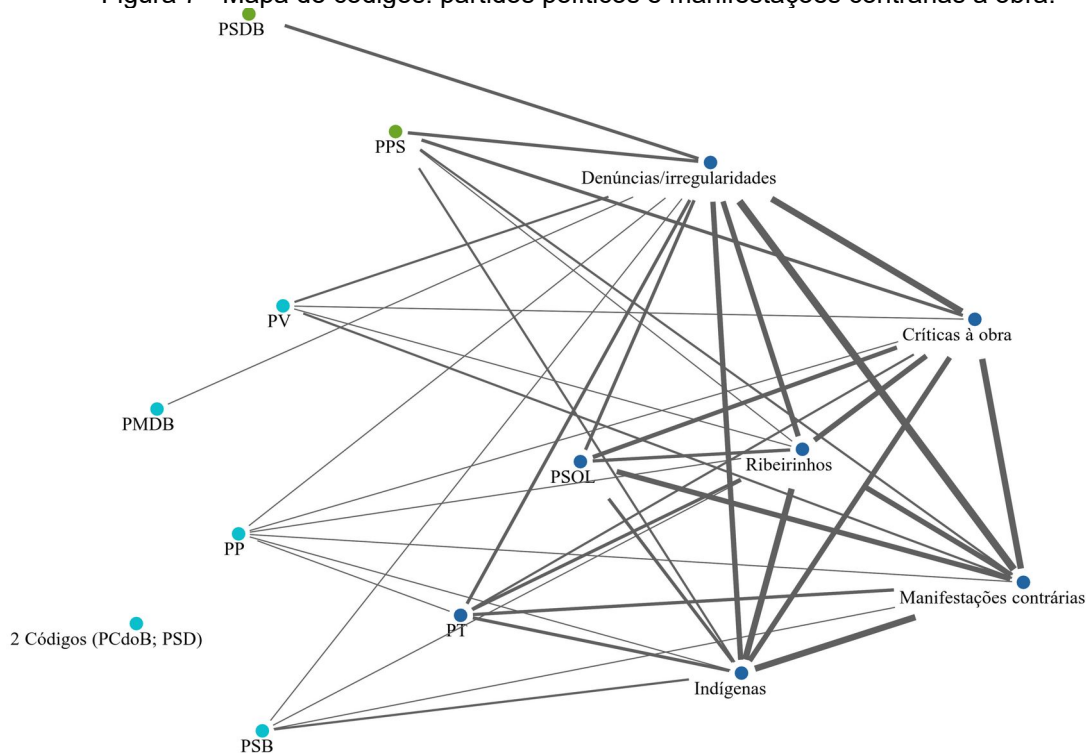
A articulação entre partidos políticos e os códigos associados às manifestações contrárias à construção da usina é apresentada no mapa de códigos a seguir (Figura 7). A visualização foi construída a partir de conexões que aparecem em pelo menos um documento, e a espessura das linhas indica a frequência dessas coocorrências, considerando que todos os pronunciamentos analisados possuem algum partido identificado como autor.

Observa-se que os partidos que mais se aproximam dos códigos relacionados às posições contrárias são PSOL, PT e PPS, cuja recorrência aparece de maneira mais nítida na rede. Entre os códigos temáticos presentes no agrupamento, destacam-se “Denúncias/irregularidades”, “Críticas à obra”, “Manifestações contrárias”, “Ribeirinhos” e “Indígenas”, que compõem o núcleo principal das conexões estabelecidas pelos parlamentares.

O PSDB e o PPS aparecem imediatamente associados a “Denúncias/irregularidades”, indicando uma concentração de discursos voltados à contestação de procedimentos, condutas institucionais e etapas do licenciamento. O PV apresenta vínculos com “Ribeirinhos”, “Críticas à obra” e com “Denúncias/irregularidades”, revelando uma atuação que integra tanto preocupações socioambientais quanto questionamentos formais do processo. Já o PMDB surge conectado exclusivamente a “Denúncias/irregularidades”, compondo um ponto isolado dentro do conjunto, mas ainda inserido no bloco crítico da figura.

Essas relações sugerem que a mobilização contrária à obra não se distribuiu de maneira uniforme entre os partidos, concentrando-se em legendas que, naquele período, assumiram posições mais incisivas quanto aos efeitos de Belo Monte e à condução do licenciamento. O mapa permite visualizar como cada partido acionou determinados temas para sustentar suas intervenções, estruturando diferentes modos de oposição à obra dentro do Congresso.

Figura 7 - Mapa de códigos: partidos políticos e manifestações contrárias à obra.



Fonte: Elaborado pela autora.

A configuração dos alinhamentos partidários às posições favoráveis à construção da usina é apresentada no mapa de códigos a seguir (Figura 8). Assim como no caso anterior, a visualização reúne conexões identificadas em pelo menos um documento e distribui as relações de acordo com a frequência com que cada partido acionou os temas associados ao apoio ao empreendimento.

No agrupamento temático da Figura 8 aparecem os códigos "Planos de desenvolvimento regional", "Manifestações favoráveis" e "Desenvolvimento", acompanhado de seus subcódigos "Sustentável" e "Econômico". Esses elementos formam um bloco coeso, no qual todas as categorias se conectam, traduzindo um repertório discursivo que associa Belo Monte a expectativas de ampliação produtiva e integração territorial.

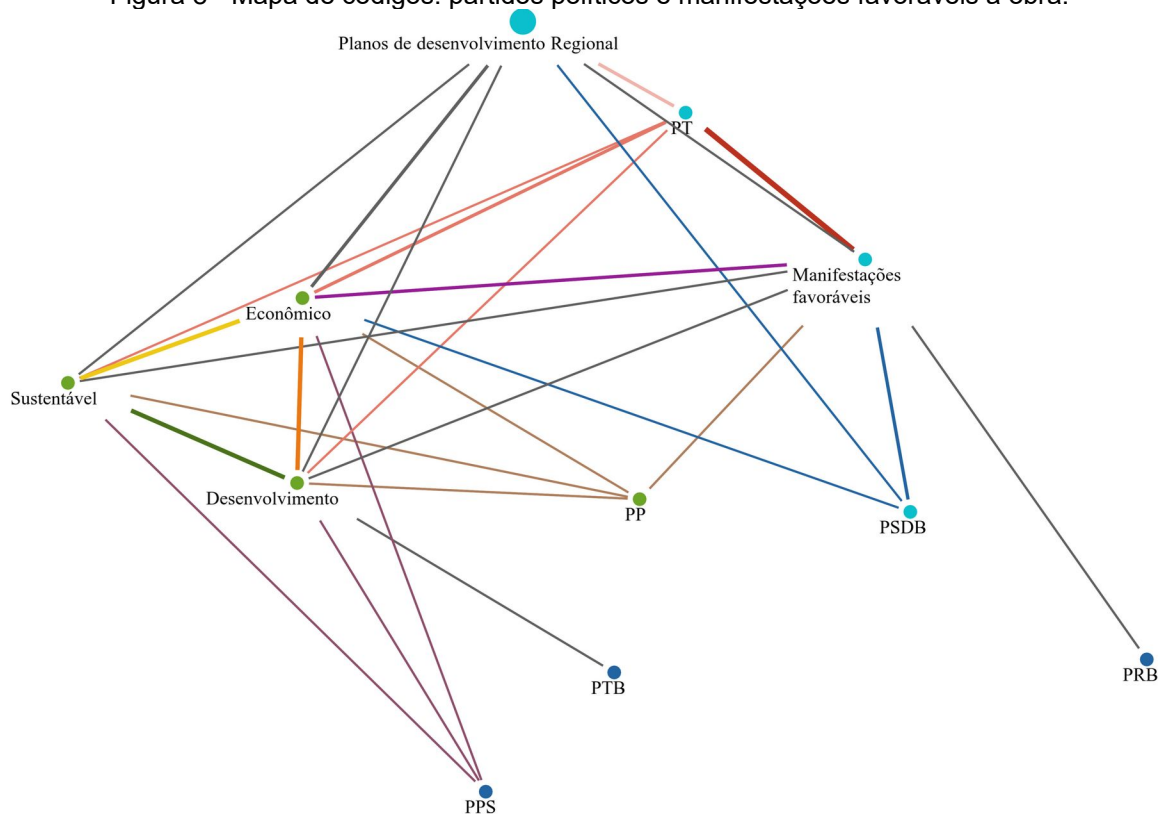
Entre os partidos, o PT surge como o mais próximo de "Manifestações favoráveis" e de "Planos de desenvolvimento regional". Esse comportamento se relaciona à atuação da bancada do Pará, que combinava argumentos ligados ao desenvolvimento da região com alinhamentos ao governo federal. O PSDB aparece

com intensidade semelhante, estabelecendo ligações com "Manifestações favoráveis" e "Planos de desenvolvimento regional", além de se conectar ao subcódigo "Econômico".

Em posição mais afastada, o PP se articula ao código "Desenvolvimento" e aos subcódigos "Sustentável" e "Econômico", além de manter vínculo com "Manifestações favoráveis". O PTB se conecta apenas a "Desenvolvimento". O PRB, por sua vez, estabelece ligação única com "Manifestações favoráveis". O PPS também compõe o conjunto dos partidos com presença pontual, conectando-se apenas a "Desenvolvimento" e aos subcódigos "Sustentável" e "Econômico".

Essa distribuição evidencia que, embora diferentes legendas tenham aderido ao discurso favorável à obra, cada qual mobilizou aspectos específicos desse repertório, o que revela nuances internas mesmo dentro do bloco de apoio à construção da usina.

Figura 8 - Mapa de códigos: partidos políticos e manifestações favoráveis à obra.



Fonte: Elaborado pela autora.

2.6.3 Pronunciamentos e discussão

Como apontado por Grisotti e Moran (2020) um dos aspectos que mais atrasa o desenvolvimento das Amazônia é a persistente ignorância da diversidade geológica, ecológica e humana existente neste grande espaço geográfico. De acordo com os autores:

O reconhecimento da diversidade, que deveria ser o ponto de partida para qualquer discussão sobre estratégias de desenvolvimento na região, é negligenciado pelas políticas públicas, que continuam procurando soluções para a região como se ela fosse homogênea. (Grisotti e Moran, 2020).

Apesar de toda a biodiversidade e complexidade, a região foi palco de uma explosão de projetos de desenvolvimento e de obras de infraestrutura, cujos impactos sociais e ambientais ainda precisam ser analisados e seus agentes responsabilizados.

Esta seção apresenta uma amostra que ilustra os resultados obtidos na análise dos discursos parlamentares sobre a Usina de Belo Monte. A partir da codificação temática dos documentos e da visualização de padrões discursivos com o uso do software MAXQDA, são destacados exemplos que demonstram como se estruturaram os principais sentidos atribuídos à obra dentro do Congresso Nacional.

Em abril de 2011, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), solicitou ao Brasil a suspensão imediata do licenciamento e da construção da hidrelétrica de Belo Monte. Isso gerou discussões no Congresso. Parte dos discursos destacou preocupações relacionadas aos direitos humanos e à proteção ambiental, enquanto outra parte questionou a atuação do organismo internacional, interpretando-a como possível interferência na soberania brasileira e na capacidade interna do país de conduzir seus próprios processos decisórios. A carta da OEA foi emitida no contexto das denúncias sobre violações aos direitos das comunidades indígenas atingidas e sobre a regularidade das etapas de consulta e licenciamento relativas à instalação da Usina de Belo Monte. A seguir, são apresentados trechos dos pronunciamentos dos congressistas que expressam tanto apoio quanto críticas à manifestação da OEA.

“(…) É referência internacional demarcar terras indígenas, reconhecer. (...) O Brasil é uma referência. Causa-me estranheza essa decisão da Comissão

Interamericana de Direitos Humanos.” (João Pedro, PT/AM, Senado, abr. 2011).

“A solicitação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA é, no mínimo, questionável. Digo isso porque, em uma breve visita ao site da Funai, é possível confirmar que, praticamente, tudo que a comissão exige já foi realizado junto às comunidades indígenas da região que está na área de alcance da usina de Belo Monte.” (Acir Gurgacz, PDT/RO, Senado, abr. 2011).

“(…) não é a OEA que resolve fazer uma resolução, desrespeitando a nossa Constituição, porque a nossa Constituição diz que é, sim, possível fazer hidrelétrica em área indígena - que não é o caso de Belo Monte, que está apenas próxima -, desde que haja autorização do Congresso Nacional; que é permitido explorar minerais, desde que haja autorização do Congresso Nacional. E no caso não há discussão.” (Mozarildo Cavalcanti, PTB/RR, Senado, abril de 2011)

“(…) as comunidades tradicionais da Bacia do Xingu alegaram que não foram adequadamente ouvidas sobre o empreendimento, o que provocou um pedido formal da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) solicitando a imediata suspensão do processo de licenciamento da hidrelétrica (…)” (Arnaldo Jordy, PPS/PA, Câmara, abr. 2011).

“(…) Eles diziam, num item, que precisava o Governo brasileiro, antes de iniciar as obras, antes da concessão do licenciamento ambiental, ouvir as comunidades, os índios, ouvir os povos indígenas. O que foi feito.” (Vanessa Grazziotin, PCdoB/AM, Senado, maio 2011).

“(…) A OEA coloca que nós não estaríamos cuidando bem dos nossos índios ou cuidando das nossas reservas, das nossas florestas. Eu tenho certeza, sou convicto de que o nosso País, o Brasil, cuida muito bem dos nossos índios. Nós cuidamos muito bem das nossas florestas e das nossas reservas. Se há algum país que está se sentindo mal por não tê-lo feito no passado, ele não pode querer agora nos culpar por uma coisa que eles não fizeram no passado. Nós estamos cuidando bem dos nossos índios. O projeto de Belo Monte priorizou, com muita cautela, as nossas tribos indígenas, assim como as nossas florestas.” (Acir Gurgacz, PDT/RO, Senado, maio 2011).

Os documentos analisados revelam que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi associada, no debate parlamentar, a expectativas amplas de desenvolvimento econômico e social. Diversos congressistas apresentaram o empreendimento como elemento decisivo para ampliar a oferta nacional de energia, atender demandas de consumo e fortalecer a economia em diferentes escalas. Essa leitura projeta a usina como instrumento de modernização e como resposta às necessidades energéticas do país.

Em outra direção, surgem manifestações que destacam os efeitos adversos do projeto. Parlamentares apontam que iniciativas de grande porte instaladas na

Amazônia têm produzido transformações profundas no território, sem assegurar melhorias equivalentes para as populações atingidas. As críticas enfatizam que Belo Monte reproduz esse padrão, ao gerar impactos socioambientais relevantes e ao não consolidar práticas capazes de promover desenvolvimento sustentável na região.

A seguir, apresenta-se um trecho ilustrativo dessas posições presentes nos discursos parlamentares:

(...) E vamos cobrar todas as ações que estão incluídas no processo licitatório e outras que possam vir a ser necessárias, para que o povo de Altamira, o povo de Vitória do Xingu. A maioria do povo é a favor. As minorias que são atuantes, que verbalizam, essas é que metem medo, porque a maioria silencia em vez de se colocar de forma adequada. Não vamos aceitar por aceitar. Vamos aceitar dentro de certas regras, como disse o Senador Delcídio. Vai afetar algo? Vai, mas vamos fazer ações mitigadoras que equilibrem o que for afetado. Então, Senador Delcídio, eu acho que hoje é um dia importante para o Brasil, porque nós vamos mostrar ao povo brasileiro, daqui a 4, 5, 6, 7 anos, quando estiver pronto, nós vamos mostrar que Belo Monte não trouxe nada catastrófico, como Tucuruí não salinizou as águas que abasteciam Belém” (Flexa Ribeiro, PSDB/PA, Senado, abr. 2010)

“(...) Sr. Presidente, deixo aqui consignada a minha firme convicção de que os povos da Amazônia não assistirão passivamente a que se realize mais este crime contra o presente e o futuro de milhões de brasileiros e brasileiras (...) Passados apenas 4 meses da promessa presidencial, é justamente o contrário o que vem acontecendo, sob o olhar indignado de amplo setor do povo paraense e de boa parte da comunidade científica nacional. O Governo Federal deslanchou, de forma açodada e autoritária, o processo de licenciamento ambiental do projeto, realizando, no mês de setembro, simulacros de audiências públicas. De forma frenética, impõe um cronograma que deve, nos próximos dias, resultar na concessão, pelo Ibama, da licença prévia, a fim de viabilizar a realização do bilionário leilão ainda este ano” (José Nery, PSOL/PA, Senado, out. 2009).

“(...) Concluiu-se, na apresentação do estudo de impacto ambiental, pela aprovação, quase por unanimidade, da construção da UHE Belo Monte. Mais uma vez, a Amazônia, mais especificamente o Pará, vai emprestar sua contribuição para o desenvolvimento do País. (...). Chega de engessamento. Chega de terrorismo. Chega de multas. Chega de exageros cometidos pelos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira radicados na Amazônia” (Wandenkolk Gonçalves, PSDB/PA, Câmara dos Deputados, set. 2009).

“(...) Nós só teremos saneamento básico se houver energia. Nós só teremos medicina, saúde pública, se tivermos energia. Energia não só para os grandes centros urbanos, para as grandes cidades; eu quero energia para as pequenas cidades, as pequenas comunidades, as distâncias da Amazônia.” (João Pedro, PT/AM, Senado, out. 2009).

“(...) Belo Monte é o resultado de uma larga experiência, como disse o Senador Flexa, de acertos - e penso que mais de acertos - e de erros também. Belo Monte considerou, mostrando que representa um grande

processo de evolução, principalmente no que tange às barragens na Amazônia (...)” (Delcídio Amaral, PT/MS, Senado, abr. 2010).

A discussão sobre Belo Monte, situada no campo do desenvolvimento econômico, expôs uma divisão marcada entre interpretações que apresentam a usina como instrumento necessário ao crescimento do país e aquelas que a reconhecem como expressão de um desenvolvimento incapaz de responder aos limites ambientais e às desigualdades sociais da região amazônica. Entre os defensores, a obra aparece como garantia de expansão energética e de dinamização produtiva, frequentemente associada à criação de oportunidades e ao fortalecimento econômico em escala local e nacional. Em contraste, surgem posicionamentos que enfatizam os efeitos socioambientais acumulados na área, recorrendo a problematizações sobre o modelo adotado, seus custos para populações tradicionais e as fragilidades observadas no processo de implantação. Esses elementos estruturam a polarização presente nos documentos e conformam os eixos que orientam os pronunciamentos parlamentares. Os códigos “Desenvolvimento”, com seus subcódigos “Econômico” e “Sustentável”, assim como “Impactos socioambientais”, “Emprego e renda” e “Denúncias/irregularidades” emergiram com maior recorrência nas discussões; alguns exemplos dessas falas podem ser encontrados nos trechos extraídos dos documentos abaixo.

“(…) A implantação de projetos desta magnitude vem sempre acompanhando de incomensuráveis prejuízos a toda área de abrangência: ecossistemas modificados e/ou alterados. Populações tradicionais desalojadas, culturas e tradições ameaçadas, comunidades indígenas expropriadas etc., além da questão ambiental totalmente desrespeitada alia-se a todos esses e outros fatores à questão do ônus e demandas sociais as quais ficam sob a responsabilidade dos municípios envolvidos: saúde, educação, segurança pública, saneamento básico, etc., sem que seja dado àqueles entes federativos a possibilidade concreta de atendimento da demanda social econômica em função da grande explosão demográfica oriunda da expectativa por trabalho e renda” (Wandenkolk Gonçalves, PSDB/PA, Câmara dos Deputados, mar. 2009).

“(…) A UHE Belo Monte vai causar grandes impactos sociais e ambientais, para uma geração de energia, no mínimo, questionável, pois vai variar 93%. Além disso, o custo de implantação é estratosférico. Assim, é necessário conhecer as bases em que o BNDES vai financiar referida UHE” (Edson Duarte, PV/BA, Câmara dos Deputados, abr. 2010).

“(…) São muitas as controvérsias sobre Belo Monte. Destaco aqui a potência instalada de 11.200 MW e uma energia firme de cerca de 4.400 MW, sem falar no custo estimado, onde o Governo pretende gastar algo entre R\$11 bilhões e R\$30 bilhões, pois não há sequer acordo sobre o custo total da obra. Essa energia firme só teria viabilidade durante três ou quatro

meses do ano, evidenciando uma ociosidade anunciada a um custo econômico e social incalculável. Entretanto, o custo maior será social e ambiental. Belo Monte pretende ser construída ao preço da destruição de um extraordinário monumento da biodiversidade - a Volta Grande do Xingu” (Marinor Brito, PSOL/PA, Senado, mar. 2011).

Sobre os códigos “Indígenas” e “Ribeirinhos”, que reúnem os discursos direcionados às populações diretamente afetadas pela obra, destacam-se os seguintes trechos dos pronunciamentos parlamentares, sendo os quatro primeiros em defesa dos povos e o último tratando-se de uma “insegurança jurídica” de acordo com a senadora:

“(…) Sobre esses impactos, alertam principalmente para as consequências desastrosas decorrentes do subdimensionamento da ‘área diretamente afetada’ e da ‘população atingida’, afirmando categoricamente que é certo, ao contrário do que promete o Ibama, que serão afetadas diversas populações indígenas, em especial os grupos Juruna, Arara, Xipaya, Kuruaya e Kayapó, que, imemorial e tradicionalmente, habitam as margens da Volta Grande do Xingu. Só este último aspecto já seria determinante para o cancelamento do processo, porque as nações indígenas não foram ouvidas, em aberto desrespeito ao ditame constitucional (…).” (José Nery, PSOL/PA, Senado, out. 2009).

“(…) Foi possível ouvir a voz de dezenas de representantes da sociedade civil paraense, que ali juntavam o seu protesto e a sua indignação à vontade de convencimento das autoridades governamentais para que mais esse crime contra o Pará e contra a Amazônia, em especial contra as populações que serão atingidas, não venha a ser efetivamente consumado (…).” (José Nery, PSOL/PA, Senado, out. 2009).

“(…) Se, de um lado, precisamos da hidrelétrica, da energia limpa, do outro, não podemos arrear nenhum compromisso e fazer com que essa obra seja executada respeitando os povos indígenas, mitigando, diminuindo, construindo casas; mas, não podemos comprometer o futuro do Brasil sem energia.” (João Pedro, PT/AM, Senado, abr. 2011).

“(…) Destaco aqui alguns tópicos do relatório publicado hoje pela Funai. Diz o relatório que: ‘não haverá mais inundação de terras indígenas, causando, portanto, menores impactos nas aldeias e comunidades’. Em todas as terras indígenas, a Funai cumpriu o seu papel institucional no processo de esclarecimento e consulta junto às comunidades indígenas, realizando mais de trinta reuniões nas aldeias, todas documentadas em áudio e vídeo. Foram usados intérpretes em praticamente todas as reuniões. (...) O Brasil tem dono, é do povo brasileiro. Tem Presidente da República, tem um Congresso atuante e tem um Judiciário independente. O Brasil tem também respeito e consideração por seus povos indígenas. Existem povos que praticamente dizimaram os seus indígenas. São povos que não devem chegar hoje, aqui, no Brasil, tentando se redimir de seus erros do passado.” (Acir Gurgacz, PDT/RO, Senado, abr. 2011).

“(…) Agora saem da Amazônia, descem da Amazônia para o Sul do País querendo as áreas de produção. Só para bobo, Sr. Presidente! É claro, transparente, cristalino que há organismos internacionais por traz do Cimi, e financiando, porque índio não tem dinheiro para pagar Cimi andando por aí não. Os índios não têm recurso para fazer o movimento que estão fazendo.

Nós queremos saber de onde está vindo esse dinheiro que está fazendo com que 800 índios saiam de um Estado a quase 2 mil quilômetros de distância para ir a Belo Monte impedir que a usina seja construída, fazendo movimento naquele local.” (Kátia Abreu, Bloco Maioria/PSD/TO, set. 2013).

Em relação ao código “Estudos de impacto ambiental”, as discussões parlamentares concentraram-se sobretudo na avaliação do EIA/RIMA de Belo Monte. Os pronunciamentos destacaram críticas recorrentes à incompletude dos estudos, apontando que as lacunas presentes nos documentos comprometeriam as audiências públicas, etapa considerada essencial para aferir a concordância das populações diretamente afetadas pelo empreendimento. Também foram levantadas dúvidas sobre a própria viabilidade da usina. Parte dos discursos argumentou que análises técnicas e pareceres científicos indicariam fragilidades econômicas e ambientais do projeto, percepção que se articula às insuficiências identificadas no EIA/RIMA. A seguir, apresenta-se um exemplo de como esses questionamentos foram formulados pelos congressistas:

“(…) Como é de conhecimento público, sob pressão direta e ostensiva do Planalto, o Ministério do Meio Ambiente, através do Ibama, recebeu, no último dia 25 de maio, os Estudos de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte, dando assim um passo essencial no processo de licenciamento dessa polêmica obra. Ocorre que tal ato desconhece parecer de técnicos do próprio órgão que apontaram a ausência de documentos essenciais à correta aceitação do processo. Eis, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais um exemplo de como o açodamento e a subordinação da análise técnica aos interesses econômicos ou eleitorais de determinados grupos podem se revestir no anteato de tragédias mais do que anunciadas.” (José Nery, PSOL/PA, Senado, jul. 2009).

A leitura integrada dos mapas de códigos e dos pronunciamentos parlamentares indica que o debate legislativo sobre Belo Monte se organiza em camadas discursivas que se ativam conforme diferentes temas são acionados pelos parlamentares. A circulação dos códigos pelos quadrantes do mapa mostra que o Congresso absorve conflitos presentes em outras arenas públicas e os redistribui segundo dinâmicas internas, redefinindo hierarquias e prioridades. Alguns temas retornam em momentos distintos, ganhando novos arranjos e combinações, o que produz um campo de disputas em que as mesmas questões reaparecem com ênfases variadas. Nesse contexto, críticas recorrentes apoiadas em pareceres técnicos e questionamentos institucionais são incorporadas aos debates ao mesmo tempo em que se preserva a apresentação da usina como peça de um projeto de

modernização nacional. Os códigos se repetem em falas de parlamentares diferentes, menos por convergência de posição e mais pela necessidade de reforçar interpretações já inscritas em um ambiente decisório previamente orientado.

Nos pronunciamentos analisados, PSOL, PV e determinados segmentos do PT e do PPS concentram intervenções que evidenciam impactos socioambientais, irregularidades no processo de licenciamento e dificuldades enfrentadas pelas populações atingidas. São discursos que recorrem a documentos técnicos, relatos de campo e referências a decisões de órgãos de controle para tensionar o modelo de desenvolvimento adotado e apontar limites na atuação estatal na região. A presença constante desses códigos sugere que os parlamentares críticos precisaram retomar seus argumentos ao longo do período, tanto para enfrentar o andamento acelerado do projeto quanto para registrar formalmente suas discordâncias. O maior volume de manifestações contrárias, nesse sentido, não corresponde a uma posição hegemônica. Indica a densidade da disputa e o esforço para marcar posição diante de um processo cuja direção política já estava definida.

O caso do PT do Pará destaca um arranjo específico no interior desse quadro. A bancada paraense combinou a defesa da condução do projeto pelo governo federal com a expectativa de que a obra pudesse impulsionar transformações econômicas na região. A argumentação articulava a promessa de investimentos em infraestrutura, emprego e atividades produtivas com a afirmação de que a usina representaria uma oportunidade estratégica para o estado. Esse posicionamento resulta tanto de vínculos federativos quanto do alinhamento político ao governo em exercício, que orientava a leitura de Belo Monte como parte de uma agenda mais ampla de integração produtiva. Mesmo quando reconheciam conflitos ou efeitos negativos, esses parlamentares apresentavam a obra como passo necessário dentro de uma estratégia de desenvolvimento regional, o que explica a distância em relação a outros setores do próprio partido.

A comparação entre esses agrupamentos ajuda a entender a assimetria interna do debate. As manifestações favoráveis não aparecem em maior número, mas se organizam em torno de um repertório relativamente estável, centrado na ideia de desenvolvimento econômico, na ampliação da oferta de energia e na promessa de dinamização produtiva. Esse repertório se conecta com códigos como

“Desenvolvimento”, “Econômico”, “Sustentável” e “Emprego e renda”, que aparecem associados à noção de progresso nacional e de oportunidade para a Amazônia. Já os discursos críticos se distribuem entre “Impactos socioambientais”, “Denúncias/irregularidades”, “Indígenas”, “Ribeirinhos”, “Estudos de impacto ambiental” e outros códigos que remetem a diferentes dimensões do conflito. Essa dispersão amplia o escopo das problematizações, mas fragmenta a coesão do bloco opositor, que precisa se mover entre violação de direitos, falhas procedimentais e questionamentos técnicos sem reunir tudo em um único eixo organizador.

Desde a redemocratização do Brasil, a política para a Amazônia tem revelado uma lógica que remete a práticas herdadas da ditadura militar. A promessa de desenvolvimento e soberania nacional mascara o desmatamento e a exploração de recursos da região e sobretudo, a marginalização dos povos indígenas e ribeirinhos, afastados de seu próprio território de forma material e subjetiva.

Embora o discurso tenha mudado e passado a se ancorar no “desenvolvimento sustentável” e não mais na “integração”, os efeitos revelam continuidade na prática. Pensar o avanço de grandes obras que impactam repetidamente a Amazônia e os povos que nela vivem, é remontar um modelo de desenvolvimento que privilegia a exploração econômica em detrimento da preservação ambiental e da proteção dos direitos dos povos originários. Com a justificativa de manter a soberania brasileira sobre a Amazônia o Estado acaba por desvencilhar o real sentido de um território soberano ao ignorar a biodiversidade e as culturas que ali se encontram.

Dessa forma, mesmo a democracia continua por “integrar para não entregar” a Amazônia, repetindo um ciclo que precisa ser rompido a partir da integração não só do território, mas das perspectivas que abrangem a vivência nele para que o seja verdadeiramente sustentável e soberano.

Esse desenho contribui para compreender a aprovação do decreto autorizativo mesmo na presença de um conjunto robusto de advertências. O resultado não expressa ausência de conflito, e tampouco consenso em torno da obra. Indica um arranjo em que alinhamentos partidários, expectativas de desenvolvimento regional e confiança na capacidade do Estado de conduzir grandes

empreendimentos se reforçam no interior do processo legislativo. As críticas registradas permaneceram nos anais, influenciaram leituras posteriores e reapareceram em outros fóruns, mas não conseguiram alterar a trajetória decisória naquele momento. A análise evidencia, assim, os limites da intervenção parlamentar em contextos nos quais interesses federativos, coalizões governamentais e agendas de expansão energética convergem para sustentar a continuidade do projeto.

O conjunto do material examinado mostra que Belo Monte operou como um ponto de condensação de percepções sobre desenvolvimento, direitos territoriais e presença estatal na Amazônia. O debate parlamentar retomou dúvidas acumuladas, expectativas de crescimento econômico, tensões históricas em torno de grandes obras e justificativas que buscavam amparar a decisão legislativa. Embora este trabalho se limite ao período anterior à implantação da usina, os resultados sugerem que muitas das questões ali formuladas reapareceram na fase posterior, quando os efeitos sociais e ambientais se tornaram mais visíveis. Essa continuidade reforça a importância de considerar os discursos legislativos como parte da produção de sentidos e as narrativas utilizadas a respeito de grandes empreendimentos, especialmente em regiões marcadas por desigualdades estruturais e disputas intensas sobre o uso do território.

3 CONCLUSÃO

O trabalho buscou compreender como se construiu, no interior do Congresso Nacional, o debate parlamentar sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a partir da análise de 89 documentos legislativos produzidos entre 2009 e 2013. A investigação permitiu responder à questão central da pesquisa ao demonstrar que o Legislativo exerceu papel decisivo na elaboração e estabilização de sentidos políticos que sustentaram a obra, mesmo diante de resistências persistentes registradas ao longo do processo de licenciamento e das discussões públicas sobre seus impactos.

A descrição dos mapas de códigos, associada à leitura qualitativa dos pronunciamentos, mostrou que os discursos parlamentares organizaram o conflito em torno de alguns eixos predominantes, articulando desenvolvimento econômico, expansão energética e promessas de dinamização regional, ao passo que denúncias, irregularidades, impactos socioambientais e preocupações com povos indígenas e ribeirinhos foram incorporados de modo fragmentado e com menor força de incidência sobre o desfecho institucional.

O objetivo voltado à análise da construção discursiva sobre Belo Monte no Congresso Nacional, foi alcançado ao evidenciar como argumentos favoráveis e contrários circularam, disputaram espaço e foram reorganizados pelas dinâmicas institucionais da Casa. A sistematização dos materiais e a codificação temática possibilitaram identificar padrões estáveis de sentido, mostrando como determinados quadros interpretativos foram reforçados de maneira contínua, enquanto outros foram deslocados ou atenuados ao longo das deliberações. A comparação entre os discursos parlamentares e as perspectivas de povos indígenas, ribeirinhos e movimentos sociais reforçou a hipótese de que suas demandas foram absorvidas apenas parcialmente, sem alterar significativamente a orientação dominante em direção à aprovação da obra. O trabalho também cumpriu o objetivo de esclarecer o papel legislativo na circulação dos argumentos, evidenciando que pronunciamentos,

audiências e pareceres funcionaram como mecanismos que filtraram problemas e estabilizaram justificativas favoráveis à hidrelétrica.

A análise final indica que as decisões tomadas no Congresso não refletem apenas disputas entre posições favoráveis e contrárias, mas a forma como a instituição organiza conflitos e define quais narrativas podem orientar a ação estatal. Essa característica se torna especialmente visível no caso de Belo Monte, em que falas críticas foram numerosas, mas não adquiriram capacidade de reorientar o curso político do empreendimento que vinha sendo construído desde o Plano de Integração Nacional. O Legislativo atuou de modo a concentrar visões que conectavam a usina à expansão energética e ao desenvolvimento regional, reforçando expectativas de crescimento econômico que prevaleceram sobre advertências técnicas e denúncias relacionadas ao território, às populações atingidas e às fragilidades do licenciamento.

Com base nos limites observados ao longo da pesquisa, abre-se a possibilidade de novos estudos que avancem na comparação entre o debate legislativo e os desdobramentos pós-implantação da usina, ampliando a compreensão sobre como decisões tomadas na arena parlamentar moldam os efeitos sociais e ambientais de grandes obras. Investigações futuras também podem aprofundar a relação entre discursos institucionais, práticas administrativas e experiências das comunidades atingidas, além de analisar se padrões semelhantes se repetem em outros projetos hidrelétricos instalados na Amazônia. A continuidade dessa agenda permite aperfeiçoar o entendimento sociológico sobre os processos decisórios que orientam políticas de infraestrutura e suas repercussões em contextos marcados por desigualdades, conflitos territoriais e disputas por reconhecimento.

O presente trabalho não pretende esgotar a matéria, o estudo teve o propósito de tão somente tecer algumas considerações para que sirvam de estímulo aos debates e novas pesquisas sobre este tema tão relevante.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROS, Thiago Almeida. **Sentidos da matriz energética brasileira na mídia: projetos hidrelétricos na Amazônia de FHC a Lula (2001-2002 e 2008-2009)**. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/9305>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BARROSO, Milena Fernandes. **Structural violence against women in Belo Monte: what official data does not reveal**. 2020.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Financiamento ao AHE Belo Monte** – Nota Técnica. Rio de Janeiro, 2012.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório de Aprovação de Financiamento: UHE Belo Monte**. Brasília: BNDES, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989–1992)**. Tradução de Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica **Contrato de concessão da UHE Belo Monte**. Brasília: ANEEL, 2010. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Licença de Instalação da UHE Belo Monte**. Brasília: ANEEL, 2011. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Relatório Técnico: Leilão nº 006/2009 – Energia da UHE Belo Monte**. Brasília: Aneel, 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diário da Câmara dos Deputados e Diário do Senado Federal**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br> e <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970**. Cria o Programa de Integração Nacional. Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em 03 de dez de 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004.** Cria a Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em 03 de dez de 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.** Promulga a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais no Brasil. Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em 03 de dez de 2025.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio (*sic*). Relatório Técnico – **Impactos do AHE Belo Monte sobre Terras Indígenas Juruna e Arara.** Brasília: Funai, 2009b. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/>. Acesso em: 03 dez. de 2025.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio (*sic*). **Parecer Técnico sobre os impactos da UHE Belo Monte nos povos indígenas da Volta Grande do Xingu.** Brasília: Funai, 2009b. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/>. Acesso em: 03 dez. de 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Estudo de Impacto Ambiental – **AHE Belo Monte.** Brasília: Ibama, 2009a. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/index.php>. Acesso em: 03 de dez de 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Parecer Técnico nº 21/2010 – Análise do EIA do AHE Belo Monte.** Brasília: Ibama, 2010. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/index.php>. Acesso em: 03 de dez de 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Parecer Técnico n.º 21/2010 – Licença Prévia 342/2010: UHE Belo Monte.** Brasília: Ibama, 2010. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/index.php>. Acesso em: 03 de dez de 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Licença de Operação nº 1317/2015 – AHE Belo Monte.** Brasília: Ibama, 2015. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/index.php>. Acesso em: 03 de dez de 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004.** Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em 03 de dezembro de 2025.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Portaria nº 434, de 13 de novembro de 2009. **Aprova a sistemática do leilão de compra de energia elétrica proveniente da Usina Hidrelétrica Belo Monte.** Brasília: MME, 2009a. Disponível em <https://www.gov.br/mme/pt-br>. Acesso em: 03 dez. de 2025.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Estudo de Impacto Ambiental – **Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte**. Brasília: MME/EPE, 2009a. Disponível em <https://www.gov.br/mme/pt-br>. Acesso em: 03 dez. de 2025.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Contrato de Concessão de Geração nº 001/2010 – UHE Belo Monte**. Brasília: MME, 2010b. Disponível em <https://www.gov.br/mme/pt-br>. Acesso em: 03 dez. de 2025.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Energia de Belo Monte já está chegando aos consumidores**. Brasília: MME, 2016. Disponível em <https://www.gov.br/mme/pt-br>. Acesso em: 03 dez. de 2025.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Licença de Instalação nº 770/2011 – UHE Belo Monte**. Brasília: Ibama, 2011. Disponível em <https://www.gov.br/mme/pt-br>. Acesso em: 03 dez. de 2025.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Ministro aciona Belo Monte como maior geradora de energia do Brasil**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/ministro-aciona-belo-monte-a-maior-geradora-de-energia-do-bras-1>. Acesso em: 03 dez. 2025.

BRASIL. Projeto de Decreto Legislativo nº 1.785 29 de junho de 2005. Transformado no Decreto Legislativo 788/2005. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/>. Acesso em 03 de dezembro de 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 3155/2010 – Plenário. **Acompanhamento do Leilão nº 006/2009 da UHE Belo Monte**. Brasília: TCU, 2010. Disponível em <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/pesquisa/acordao-completo>. Acesso em: 03 dez. de 2025.

BOLLIER, David. **La rinascita dei commons**. Trad. Bernardo Parrella. Viterbo: Stampa Alternativa, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico do desenvolvimento econômico revisitado**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2024.

CALVI, M. F. et al. **Impactos da construção da UHE Belo Monte sobre a mobilidade da mão de obra rural e as atividades agropecuárias em Altamira**. 2020.

CIDH – COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Medidas cautelares solicitadas em favor das comunidades indígenas da Bacia do Rio Xingu**. Washington, DC: OEA, 2011. Disponível em: <https://www.oas.org>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CORTIANO JUNIOR, Eroulths; KANAYAMA, Rodrigo Luís. **Notas para um estudo sobre os bens comuns**. Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional, Curitiba, v. 8, n. 15, p. 480-491, jul./dez. 2016.

CORRÊA, Izadora V.; DE OLIVEIRA, Edna M. **A nova agenda de desenvolvimento pela ótica dos conflitos sociais: o caso de Belo Monte**. 2015.

COSTA, Rafael. **Indigenismo empresarial em Belo Monte: uma etnografia da política do licenciamento ambiental de um megaempreendimento na Amazônia**. Amazônica – Revista de Antropologia, v. 11, n. 1, p. 233-266, 2019.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Relatório de Otimização do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte**. Brasília: EPE, 2008.

ESCOBAR, Arturo. **Sentir-penser avec la Terre: l'écologie au-delà de l'Occident**. Paris: Seuil, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub, LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV/FAPESP. Acesso em: 04 dez. 2025. 1999

FIGUEIREDO, A.; SARAIVA, A. **A prostituição em grandes projetos na Amazônia: o impacto do grande capital nos fluxos de mão de obra na UHE Belo Monte**. 2018.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GRAS, Alain. **Les macro-systèmes techniques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

GRISOTTI, Márcia; MORAN, Emilio. **After Hydropower Dams: social and environmental processes that occur after the construction of Belo Monte, Jirau and Santo Antônio in the Brazilian Amazon**. Projeto internacional de pesquisa. UNICAMP/UFSC, 2020.

GRISOTTI, Márcia et al. **A produção discursiva da legitimidade institucional: a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Congresso Nacional**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 38, n. 112, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/V8KH6m9Ct3sGqXj8bcvR7JL>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: ISA, 2024. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 3 de mai 2025.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA; Bauru: Edusc, 2006.

LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo?** São Paulo: Cortez, 2005.

MANN, Michael. **The Sources of Social Power. Volume II: The Rise of Classes and Nation-States, 1760–1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATEUS, Felipe. **O legado destrutivo das hidrelétricas**. *Jornal da Unicamp*, Campinas, p. 6, 3–23 nov. 2025. Disponível em: <https://jornal.unicamp.br/edicao/735/o-legado-destrutivo-das-hidreletricas/>. Acesso em: 25 de nov de 2025.

MAYER, A. et al. **Is hydropower worth it? Exploring Amazonian resettlement, human development and environmental costs with the Belo Monte project in Brazil**. *Energy Research & Social Science*, v. 81, 2021.

NORTE ENERGIA S.A. **Formulário de Referência 2023**. Brasília, 2023.

NORTE ENERGIA S.A. **Relatório Anual 2023**. Brasília: Norte Energia, 2023.

PAES, Isabella et al. **Análise da cobertura de sites jornalísticos da América do Sul, Europa e Ásia sobre os povos indígenas atingidos pela UHE Belo Monte**. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; LEFF, Enrique. **A ecologia política na América Latina: a reapropriação da natureza, a reinvenção dos territórios e a construção da racionalidade ambiental**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 35, p. 65-88, 2015.

PROTÁSIO, Nene. **Tuíra Kayapó confrontando diretor da Eletronorte**, 1989. Agência Estado. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/especiais/favela-amazonia/capitulo-8.php>. Acesso em: 03 dez. 2025.

SANTOS, Fabiano. **O poder legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SANTOS, Fabiano. **Patronagem e poder de agenda na política brasileira**. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 465-491, 1997.

SILVEIRA, Fabiana Renault de. **Paridade participativa no estado de direito ecológico: a negação de reconhecimento aos povos indígenas no caso de Belo Monte**. 2018.

SCHMUTZ, Rita. *Infrastructure-driven development: the local social impact of a large hydropower plant in the Amazon*. 2023.